



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Museologia

Gustavo Cardoso Paiva

Memória Institucional do Senado:
Museu Histórico Itamar Franco

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BRASÍLIA

2020

GUSTAVO CARDOSO PAIVA

Memória Institucional do Senado:

Museu Histórico Itamar Franco

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Museologia, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
título de Graduação em Museologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de
Abreu Gomes

BRASILIA, DF

2020



FOLHA DE APROVAÇÃO

“Memória Institucional do Senado: O Museu Itamar Franco.”

Aluno: Gustavo Cardoso Paiva

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História Cultural - UnB

Daniele Galvão Pestana Nogueira - Membro

Museóloga no Tribunal de Contas da União

Mestrado em Ciência da Informação - UnB

Andréa Fernandes Considera – Membro

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História

Clóvis Carvalho Britto – Suplente

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutor em Estudos Culturais

Brasília-DF, 27 de novembro de 2020. Em 28/11/2020.

Documento assinado eletronicamente por **DANIELE GALVAO PESTANA NOGUEIRA, Usuário Externo**, em 03/12/2020, às 22:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 05/12/2020, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 11/12/2020, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 11/12/2020, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir

&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6019507** e o código CRC **8FB2A108**.

Referência: Processo nº 23106.121048/2020-20

SEI nº 6019507

https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6737302&infra_sistema=1000...

2/2

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

P142 Paiva, Gustavo Cardoso,

Memória Institucional do Senado : Museu Histórico Itamar Franco / Gustavo Cardoso Paiva ; Orientadora: Ana Lucia de Abreu Gomes.—Brasília, 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)—Área de concentração: Informação e tecnologia. Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

Dedico este trabalho aos meus pais
Paulo e Neila sem eles não teria
chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Palavras não são capazes de expressar o sentimento de gratidão que tenho por todas as pessoas que me auxiliaram na minha jornada. Primeiramente agradeço a Deus. Agradeço a dedicação e atenção de meus pais: Paulo Sergio Ferreira Paiva e Neila Cardoso Paiva não deixando barato nas broncas e sempre me motivando para a minha melhor versão. Especialmente para minha mãe que passou noites lendo meu trabalho para não haver nenhum erro. Tenho sorte de ter você como mãe.

Sem dúvidas não posso deixar de agradecer aos meus irmãos: Douglas, Gabriella, Geovani e Guilherme que sempre estavam para me distrair e desestressar no momento de reclusão tanto pela pandemia quanto pela pesquisa. Especialmente minha irmã Gabriella no auxílio na reta final.

À minha orientadora Ana Lúcia Abreu, dedico meus sinceros agradecimentos e gratidão. Sem ela para entender minhas frases não completas e meus pensamentos difusos esta pesquisa não estaria em sua plenitude. Me guiou com sua sabedoria para eu chegar ao meu máximo. Por ela nutro admiração pela sua incomparável prestatividade e atenção. Obrigado pela confiança em me orientar.

Quero agora prestar a todos meus amigos meu genuíno obrigado por todas as conversas, as brincadeiras, os apoios e todas as outras formas de carinho. Agradeço a torcida e aos incentivos:

Meus nobres colegas de trabalho e estimados amigos da SGON: Eduardo (Dudu), Filipe, Gabriel, Isadora, Lillian, Maria luiza (Malu), Matheus Silva (vegeta), Mateus Ribeiro (Goku), Nadyr, Rafael, Thays, Thalita (Tata) e Vanderson (Vandeco).

Meus valorosos amigos de curso: Átila, Gabriela (nossa arquivista infiltrada), Israel, Raf, Renata e Kátilla. Obrigado. Átila, a você um obrigado diferenciado por sempre ser meu companheiro a todas as minhas empreitadas.

Minhas amigas da Unb: Nathy (MedVet), Camilla (Arquivologia) e Ana Beatriz (Letras)

Meus longínquos amigos do meu país Valparaíso: Daniel, Marcus, Misael, Nathan

Destaco aqui a estrela Fernanda que ano de 2020 me trouxe, por toda sua paciência em lidar comigo e seu incansável apoio em me amparar nas horas de inquietações. Obrigado por tudo.

Agradeço também a todo corpo docente do curso de museologia: aos Professores por sua paciência nos questionamentos, a Secretaria e a todos que tiveram um importante papel para meu crescimento.

Não menos importante, agradeço a Laís Santos Amorim por ter disponibilizado seu precioso tempo em auxiliar na produção de minha pesquisa.

Agradeço também aqueles que foram, e ainda são, meus mentores e colegas que aqui não foram citados, mas que fizeram parte da jornada.

RESUMO

A presente pesquisa visa compreender a construção de uma memória institucional no interior do Poder Legislativo, tomando como estudo de caso o Museu do Senado (Museu Itamar Franco). Este órgão não possui como atividade finalística a preservação de objetos museológicos. Desta forma, busca-se entender qual foi o pensamento museal que proporcionou a criação do museu. Por que o museu foi criado apenas em Brasília e não em sedes anteriores? E por que foi inaugurado em 1991 e não outras épocas? Qual foi a maior motivação para sua criação? E quais as tipologias de objetos que ele salvaguarda? Somando tudo, busca-se entender como o acervo trabalha em prol da memória da instituição.

Palavras-chave: Museologia. Patrimônio. Memória. Memória Institucional. Museu Histórico Itamar Franco. Senado Federal.

ABSTRACT

This research aims to understand the construction of an institutional memory within the Legislative Power, taking as a case study the Senate Museum (Museu Itamar Franco). This organ does not have the preservation of museum objects as a final activity. In this way, we seek to understand what was the museal thought that provided the creation of the museum. Why was the museum created only in Brasilia and not in previous headquarters? And why was it opened in 1991 and not other times? What was the biggest motivation for your creation? And what types of objects does it safeguard? Summing it all up, it seeks to understand how the collection works in favor of the institution's memory..

Keywords: Museology. Patrimony. Memory. Institutional Memory. Historic Itamar Franco Museum. Federal Senate.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Palácio Conde dos Arcos- RJ (1921) wikipedia	22
Figura 2 - Palácio dos Arcos (Fonte: Senado Federal)	25
Figura 3 - Construção do Palácio Monroe (Fotografia por Augusto Malta)	28
Figura 4 - Construção do Congresso Nacional (Fonte Câmara dos deputados)	35
Figura 5- Transferência para Brasília - Senado Federal – Transporte de Bagagens e Equipamentos Fonte: Elaborado pela Ana Sofia Meyer baseado	

LISTA DE QUADROS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COMUS	Coordenadoria de Museu
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
IAB	Engenharia e o Instituto dos Arquitetos do Brasil
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MAR	Museu de Arte do Rio

NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PROIC	Projeto de Iniciação Científica
RENIN	Rede Nacional de Identificação de Museus
SEMUS	Serviço de Museu
SIDOC	Secretaria de Informação e Documentação
SIGIDOC	Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado Federal
SPHAN	Serviço Patrimônio Histórico Artístico Nacional
STM	Supremo Tribunal Militar
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

Sumário

Introdução	9
Tema	9
Problema de Pesquisa	9
Objeto de Pesquisa	10
Justificativa	10
Revisão de literatura	12
Objetivos	18
Referencial metodológico	18
Capítulo 1 Território e Trajetória	22
1.1 Palácio Conde dos Arcos	22
1.2 Palácio Monroe	27
1.3 Palácio do Congresso (Nereu Ramos) - Brasília	34

Capítulo 2 Museu Histórico Itamar Franco	39
2.1 Histórico	39
2.2 Pensamento Museal de Itamar Franco	46
2.3 Configuração Administrativa	50
2.4 Acervo	52
Considerações Finais	55
Referencias:	59
APÊNDICES:	63
Apêndice 1 – Roteiro de Perguntas	63
Apêndice 2 – Entrevista	64
Apêndice 3 – Termo de consentimento	73
ANEXOS	74
ANEXO A - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº51 DE 1976	74
ANEXO B – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1987	76
ANEXO C - RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1991	79

Introdução

Tema

O tema da pesquisa é a memória institucional no interior do Poder Legislativo, tomando como estudo de caso o Museu do Senado. Busca-se entender qual foi o pensamento museal que proporcionou a criação do museu, por que o museu foi criado apenas em Brasília e não em sedes anteriores? E por que foi inaugurado em 1991 e não outras épocas? Qual foi a maior motivação para sua criação e quais as tipologias de objetos que ele salvaguarda? Somando tudo, busca-se entender como o acervo trabalha em prol da memória da instituição.

A pesquisa vincula-se a dois eixos do curso de Museologia, sendo o Eixo 1 “Teoria e prática Museológica” pelo fato de que trabalha com conceitos intrínsecos da Museologia e, sendo é um estudo de caso, vai ser estudado com base na prática realizada no Museu do Senado. E possuindo ligação direta com o Eixo 3 “Museologia e Patrimônio Cultural” pelo fato de trabalhar com um tipo específico de patrimônio, com a memória, mais especificadamente a memória institucional do Poder Legislativo, tomando como base o Museu do Senado.

Problema de Pesquisa

Nas palavras do Ex-Senador, padrinho do Museu que hoje recebe o seu nome, Itamar Franco:

Museu Histórico do Senado Federal, objetiva, sobretudo, preservar um valioso acervo que, infelizmente, está-se perdendo e deteriorando, por falta de cuidados especiais e adequados à espécie. Não é raro vermos importantes elementos, de extraordinário valor histórico, espalhados pelas várias dependências do Senado Federal, sofrendo o desgaste causado pela impropriedade da localização e da falta de conservação. De igual maneira, seria mais prudente que certos livros e documentos, também pelo que representam na vida do parlamento brasileiro, fossem colocados em situação de melhor acomodação e proteção, apesar de reconhecermos os desvelos dos atuais servidores da Casa no trato desses elementos. O Senado Federal é uma instituição que não deve limitar-se a ter apenas anais - como dizia Euclides da Cunha, dos países subdesenvolvidos - mas divulgar a sua história mediante a utilização dos valores que possui e, que sem dúvidas, representam momentos e episódios da maior significação na existência nacional (SENADO, 1977, p. 198)

O que é uma instituição senão uma organização social, na qual indivíduos se vinculam para algum determinado fim em comum? Tendo isso em mente, a aglomeração de indivíduos, que por natureza carregam sua própria identidade, se aliam para participar de um grupo, construindo uma identidade para o mesmo. Dentro dessa união de indivíduos, formando um coletivo, há a construção, e sobretudo o compartilhamento, de uma memória comum ao coletivo, formando uma memória coletiva.

A pesquisa que realizei gira em torno da memória de um coletivo, a do Poder Legislativo brasileiro. Para poder analisar a memória deste coletivo, é de suma importância entender como foi construída esta instituição e qual identidade ela formou para si mesma.

Porque o Museu do Senado foi criado? Qual pensamento museal fundamentou o Museu do Senado? Qual necessidade levou à criação do Museu dentro do Senado? Visto que não compete dentro das ações finalísticas do Senado a divulgação de sua memória. Como é realizado o processo de criação de Museus em instituições que não tinham a função de proteção de bens culturais?

Objeto de Pesquisa

O objeto da minha pesquisa é a memória institucional do Senado a partir do Museu Histórico Itamar Franco, identificando a imaginação museal que viabilizou sua constituição.

Justificativa

O tema é de suma importância, visto que Brasília é a cidade capital, sendo sede de todos os poderes da República brasileira. A concentração e a criação de museus em espaços de poder é uma atividade única, e a quantidade de museus dessa natureza em Brasília é notória e ainda existe pouca produção na área.

Brasília é sede do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário do país, residindo a Presidência, Senado, Câmara dos Deputados, Superior Tribunal de Justiça, entre outros órgãos. Além de ser uma cidade monumento, onde segundo a Rede Nacional de Identificação de Museus (Renin), existem 15 museus no Plano Piloto e cerca de 81 museus no Distrito Federal como um todo. Apesar da quantidade, tais espaços são poucos frequentados ou até mesmo o público não possui conhecimento sobre eles.

Com essa pesquisa busco entender essa questão: a de perceber como instituições onde sua função finalística não diz respeito à salvaguarda de bens museológicos, acabam somando essa atividade a seu quadro.

O interesse na área parte, primariamente, pela minha indagação ao realizar Programa de Iniciação Científica (ProIC) a respeito da memória institucional dentro do poder judiciário, mais especificadamente no sistema judiciário militar brasileiro. A minha escolha pelo poder judiciário partiu de duas motivações: a primeira (pessoal) foi pela proximidade com o trabalho do meu pai no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e a segunda era tentar entender como um tribunal (representação de justiça) promove a gestão de sua própria memória. Logo escolhi um tribunal que tinha uma memória “subterrânea”, que segundo Pollak (1992), a memória subterrânea é aquela que diverge da memória coletiva, o Superior Tribunal Militar (STM), tribunal responsável por julgar os supostos “crimes contra a segurança nacional” na época da ditadura.

Com a conclusão do ProIC, me veio o questionamento do pensamento museal que levou à criação de museus no Poder Legislativo, tomando como base o Museu do Senado por sua função de sancionar leis e a fiscalizar o Poder Executivo. Minha motivação primeiramente foi pelo conhecimento de pessoas que estavam trabalhando dentro do museu e também para enriquecer a literatura sobre o tema de memória institucional. E futuramente pretendo realizar pesquisas sobre museus no Executivo, e assim fazer uma relação entre os museus de diferentes poderes, uma vez que Brasília, sendo cidade-capital, tem como aspecto singular a existência das maiores instituições do poder público do país, e dentro delas a criação de museus.

Revisão de literatura

Memória é um termo polissêmico. É estudado desde a Filosofia, Psicologia, Sociologia, História e outras áreas de conhecimento. Tal conceito é muito pertinente para estudo de identidade, pois estabelece um vínculo entre aquilo que éramos e aquilo que nós somos no agora. Assim sendo, a sociedade formada a partir de diversos indivíduos com suas identidades constrói uma memória em comum. Para Halbwachs (2004) essa atividade é a memória coletiva, em que há uma construção por meio de um grupo social através de uma memória em comum.

A memória é uma fonte reguladora de coesão social, sendo o eixo da identificação de um grupo, por isso mostra a relevância de ter um monumento memorial, que serve como âncora para o grupo. Para Halbwachs (2004), sociólogo francês da escola Durkheimiana, a memória é um fenômeno social, ou seja, o grupo molda a memória dos indivíduos, tornando em uma memória comum, coletiva. Pode-se entender a memória de uma instituição como uma memória coletiva, visto que há uma seletividade do discurso que vai ser projetada para ela.

Uma instituição só existe se há a legitimação da sociedade para com esta, visto que é ela que cria instituições. Nesse processo não há apenas a criação dos grupos sociais que ela serve e comanda, como também se cria uma memória comum entre seus membros. Tal memória legitima a função da instituição, lembrando para que esta foi criada.

As pessoas têm o costume de guardar e preservar registros da sua vida e de seus antepassados como forma de rememorar aquilo que foi vivido e mostrar para as gerações futuras, de alguma forma, a história da família. Da mesma maneira, empresas, instituições públicas e privadas e outros organismos também tentam preservar e divulgar os registros do passado, em arquivos, museus e outras unidades de informações de forma paralela à necessidade de gestão da informação de caráter imediato (corrente). (MARQUES, 2007, p.42).

Ou seja, é consoante como a definição de memória coletiva defendida por Halbwachs (2004), no que tange o coletivo, influencia o indivíduo. Toda instituição é uma organização social, construída a partir de pessoas que

sucessivamente entrelaçaram sua memória com a da instituição. Neste aspecto Thiesen comenta:

Ao contrário do que costumamos pensar, nós somos e fazemos as instituições. E a memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como *mimesis*, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas. É também uma memória histórica, efeito dos condicionamentos e das formações históricas (COSTA, 1997, p. 146).

Para Thiesen toda instituição lida com uma relação de saber e poder. Esse poder se concretiza em objetos de poder, e estes objetos auxiliam na formação de uma memória em comum. Nesta perspectiva, é evidenciada a relação de poder e hierarquia que as instituições produzem para a realização de suas atividades finalísticas. De forma mais clara, a memória coletiva auxilia na coesão social, como afirma Costa “o comportamento e a prática é que fazem as instituições e definem o processo de institucionalização” (1997, p. 30).

Nesta visão, a autora Raquel Gabriela Willms (2014) analisa a Assembleia Legislativa de São Paulo a partir de dois conceitos, a cultura e a memória. Dentro desta perspectiva, a análise que ela faz compreende que a criação de centros ou memoriais partem de um grupo social que almeja a perpetuação de uma parte da história, ou seja, é um fenômeno cultural, pois se trata de se identificar enquanto participante de um grupo. E todo fenômeno cultural é social, como a memória, segundo sustenta Halbwachs (2004).

Além da memória institucional, também há a questão da própria comunicação organizacional. Todo o processo de preservação permite a história de determinado grupo. Então, a relação identitária dos objetos com a história em comum da instituição deve estar em consonância. Isto significa que a comunicação/divulgação da história da instituição realça e justifica ainda mais a necessidade de preservar a memória da instituição.

Para Ivana Parrela (2019) em seu trabalho conceitual que busca entender as definições e limites da memória institucional correlacionando com a Arquivologia, evidencia a existência de mais duas memórias: as memórias empresariais e organizacionais. Ambas partem do mesmo princípio de guarda da história. A primeira diz respeito estritamente à administração privada e está atrelada a uma estratégia de fidelização e vínculo com o cliente. A segunda com base em Parrela:

A principal diferença entre memória organizacional e memória institucional, nessa perspectiva, estaria no foco de cada atividade. Enquanto o termo *memória organizacional* leva à ideia da eficácia, que aceita mudanças em seu trajeto, o termo *memória institucional* remete às ideias de legitimidade, criação e identidade. Isso justifica sua escolha para este estudo, pois se conecta ao conceito que algumas empresas (ou instituições públicas) procuram construir para si de que identidade e reputação constituem a memória. (PARRELA, 2019, p. 183)

Outra diferença que pode ser delimitada é a questão da função. A memória institucional abrange mais um caráter identitário do que utilitarista. Enquanto que, segundo a autora, a memória organizacional trata de uma funcionalidade do órgão em proteger certas informações em determinado tempo.

[...]a construção das memórias institucionais torna-se mais eficaz, e não apenas celebrativa em pontos específicos da história da instituição, como nas datas-redondas, em que é preciso que a instituição adote uma política de gestão de documentos arquivísticos e que se debruce sobre sua memória institucional e seus distintivos históricos.(PARRELA, 2019, p. 179)

Parrela (2019) demonstra que a etapa intelectual da gestão dos fundos arquivísticos, tenta simular uma memória institucional que engloba a memória organizacional, visto que há, segundo a autora, legados simbólicos. Assim, a produção arquivística se baseia no contexto de produção dos documentos, uma vez que todo documento é único, e nasce em algum contexto.

Uma questão presente, principalmente em órgãos longevos, mais do que a república, como no caso do Senado, é a questão da relação da memória do órgão com a história do Brasil. Principalmente dentro da administração pública, onde a história do nosso país fica entrelaçada a história das instituições. A memória legitimada pelas Instituições públicas é a memória que é perpetuada no imaginário brasileiro.

Para entender uma parte do interesse na divulgação não só da história como também da memória dos órgãos públicos é necessário uma contextualização. Na época da ditadura houve muito controle das informações, principalmente dos órgãos de controle, caracterizando a falta de transparência da administração pública. Com a redemocratização, houve, tanto no setor público quanto no privado, a necessidade de transparência no interior dos órgãos e de suas gestões. Tal empenho corroborou com as iniciativas de

preservação de memória. Sendo assim, a memória não seria apenas a guarda de forma positiva da memória, mas também de forma negativa revelando seus erros e acertos.

Podemos dizer que hoje, a memória institucional assume o papel identitário e de personalidade no órgão. Como Anderson (1989) sinaliza, um dos aspectos para construção de uma nação, ou seja, para que haja um ponto de referência de identidade, as instituições criam esse ponto de referência projetando a sua imagem.

Além da noção de memória coletiva, a tamanha relevância histórica de casas seculares que geriram o país, como anteriormente citado que a história desses órgãos se confunde com a própria história brasileira. Desta forma, pode-se conceber que tais instituições são “lugares de memória”. Segundo Nora (1993, p. 9) "a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto". É a presença do passado no presente. O autor continua definindo que, os lugares possuem um valor abstrato, simbólico e funcional. Considerando essa referência, o Senado se configura nessas três esferas.

Na pesquisa “há um monumento histórico do Legislativo: o Palácio Tiradentes do Rio de Janeiro” realizada por Carlos Sarmiento (1997). Esta pesquisa é resultado da comemoração dos 70 anos do palácio, o foco do autor é trabalhar os signos de representação do prédio. Desta forma, o objetivo não é a história que a instituição conta de si mesma, e sim, qual o significado dela para as pessoas. Tal estudo, demonstra uma característica primal da memória que é a sua construção e reconstrução a partir de um grupo. Enaltece, também, como a arquitetura transporta um sentimento corroborando com a construção de uma representação do edifício.

Como dito anteriormente, Brasília sendo sede do poder público apresenta um quantitativo elevado de instituições que nasceram no seio da administração pública. Estas instituições são denominadas de Museus institucionais. Sobre essa questão Thiessen fala:

Entendemos que um saber institucionaliza-se quando dispositivos de variadas ordens encontram-se em determinada época e num tempo histórico, tornando possível a criação de técnicas, instrumentos, áreas, saberes, ciências, mecanismos de comunicação que garantam

sua reprodução. Trata-se então de investigar quais são esses elementos, como se associam ou se dissociam, que alianças são feitas e por quem, quem são atores – individuais, coletivos, institucionais - que entram e saem de cena em função das circunstâncias das contingências e do acaso dos encontros. (COSTA, 1997, p.113)

Dentro da esfera da administração pública, tem-se alguns exemplos da criação de espaços de memória, principalmente em Brasília. Um dos casos foi a análise da memória institucional do Ministério do Meio Ambiente elaborado por Maury (2011).

Nessa análise, Maury se absteve de analisar restritamente o fundo documental da instituição, tentando projetar dentro dos arquivos referentes do ministério, qual tipo de memória o ministério projetava às outras entidades. Curioso perceber que nesse estudo, há uma visão arquivística da memória institucional de sistematização da informação, que podemos ver como uma construção de discurso da instituição sobre ela mesmo, caracterizando de uma visão mais “direta”. Visão que vai ao encontro do campo arquivístico que apresenta um valor histórico, constato pelo Conselho Multidisciplinar do Órgão são preservados para guarda permanente, enquanto que os arquivos que não se enquandram nesse parâmetros são guardados nas prazos previamente estipulados na tabela de temporalidade. Dentro da Museologia, e ainda mais nos estudos de memória, há uma visão mais ampla a respeito da memória de alguma instituição. Mais uma vez o conceito de memória se mostrando cada vez mais polissêmico.

Sobre museus institucionais no Distrito Federal, houve uma pesquisa no âmbito do Poder Legislativo. Primeiramente com o trabalho de Daniele Pestana (2015) a respeito da memória institucional do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse trabalho, o foco foi entender como o Poder Legislativo lida com instituições museológicas, não sendo atividade finalística da instituição e como o Museu daquele tribunal promovia a gestão da memória da instituição. A autora fez uma análise: da criação do museu, entrevistas com funcionários e por fim análise das peças museológicas. Ficou evidenciado como o acervo dentro do museu promovia uma memória do tribunal. E em conjunto com as entrevistas e análise da criação, se percebeu que havia mais de uma visão do

que era o museu dentro do próprio tribunal, ou seja, a visão dos funcionários e a visão do ministro Iberê Gilson.

Interessante relacionar que tanto Daniele Pestana quanto Tereza Cristina Maury tinham o interesse de pesquisar os processos de gestão da memória dentro das instituições em que pesquisaram, apenas diferenciando dos meios. Maury se utilizando restritamente de arquivos e Pestana trabalhando a partir do acervo e de entrevistas.

Outro conceito que vai ser âncora para análise da *persona* do Itamar Franco é o conceito de Imaginação Museal de Chagas (2009). Sob esta ótica há uma tentativa de entender as minúcias do pensamento museológico que basearam a construção do Museu.

Além disso, Robson Góes (2019) em sua pesquisa de mestrado, abarcou o sistema judiciário. Na problemática de não só analisar a memória institucional, mas também a questão da comunicação dessas instituições para o próprio Órgão e o público externo.

Outra iniciativa de preservação da memória no âmbito do Poder Legislativo, foi o programa de história oral pela autora Maria Alice Paes Barretto Gomes (2006). Esta proposta diferente das pesquisas anteriores apresenta um novo elemento, a sociedade civil como não só integrante, mas também construtora desses processos.

O Senado, instituição secular, já foi palco das maiores agitações políticas do país. Também já serviu como objeto de pesquisa para algumas áreas, principalmente a História. O trabalho de Oliveira (2009) tem como objetivo investigar as mudanças metodológicas que o arquivo do Senado sofreu no período de 1946-1964, se utilizando da contextualização histórica. Trata-se de um trabalho do Departamento de História em conjunto com o de Ciência da Informação da UnB, demonstrando seu empenho maior na contextualização histórica. A autora em sua introdução apresenta um extenso trabalho, ao correlacionar as duas disciplinas Arquivologia e História, demarcando que ambas trabalham para estudar os registros.

Tal estudo nos auxilia a compreender o início de uma preocupação de guarda de memória, que a primeiro momento parte do acervo arquivístico. A atenção de guardar a história da instituição, a princípio aparenta ser de cunho individualista dos representantes da casa, mas que invariavelmente culmina em uma construção coletiva de memórias. Assim como evidencia Costa (1997) quando sinaliza que a memória é construída para sustentar um determinado discurso.

Objetivos

Objetivos geral

Compreender o pensamento museal que permeou e que permeia o Museu do Senado

Específicos

Analisar a criação do Museu do Senado

Analisar a relação entre o Senado e seu museu

Referencial metodológico

A base metodológica na qual a pesquisa se firmar foi feita a partir da revisão de literatura dentro da área de memória institucional e memória coletiva já aqui apresentada. A pesquisa não tem a pretensão de se esgotar o tema, mas propiciar uma reflexão sobre a lógica da criação do Museu dentro Poder Legislativo por meio do Museu Histórico Itamar Franco.

Sendo assim, a pesquisa se classifica como básica, pois não há nenhuma incidência de algum resultado prático para a instituição, e sim promover uma reflexão acerca das diferentes formas de ser realizar a Museologia.

Se propõe a ser exploratória, apesar de existirem diversos estudos na área de memória institucional como citado anteriormente, no momento do levantamento de pesquisa não foi achado nenhum trabalho, mas com o avanço da pesquisa foi constatado que havia um trabalho e justamente da Museologia, Meyer (2017). Desta forma, a pesquisa ainda se apresenta exploratória por ser um estudo de caso. No caso do trabalho de Meyer o eixo base é o acervo, já o foco desta pesquisa segue sendo uma análise da memória institucional gestada no Museu.

A pesquisa será analítica, pelo fato de que haverá um esforço para analisar as práticas museológicas dentro da instituição. A partir de uma acurada análise da trajetória do Senado e da criação do Museu, visando levantar uma reflexão a respeito do pensamento museal de seu idealizador, o senador Itamar Franco.

Para realização da pesquisa, além das fontes primárias, serão utilizados o uso de referencial bibliográfico sobre os estudos em memória coletiva, memória institucional e história oral de outras instituições na administração pública.

Para refletir sobre o fenômeno da criação de uma instituição museológica, dentro da administração pública no Poder Legislativo, será utilizado a definição da autora Icleia Costa (1997), visto que o conceito de memória institucional nos ajuda a pensar o caso do Museu Histórico Itamar Franco. Segundo Costa, as instituições acabam realizando uma seleção da memória, a qual serve como base no discurso que ela projeta de si mesma.

Além da memória institucional, esta pesquisa conta como uma das bases teóricas os estudos de memória coletiva com o uso dos autores Halbwachs (2004) e Nora (1993), pelo fato de tratarem a memória enquanto um fenômeno social e homogeneizante. Para Halbwachs (2004), as lembranças antigas se adaptam as vivências atuais, sendo um processo dialético em que o coletivo influencia diretamente o individual.

Mario Chagas (2009) em sua tese “A imaginação Museal” fundamenta o conceito de imaginação museal a partir da análise do pensamento de três intelectuais: Barroso, Freyre e Darcy. Desta forma, foi aplicado este conceito para analisar o pensamento museal do senador Itamar Franco que levou a defender a criação de um Museu dentro de uma casa que não tinha este fim.

O uso do conceito de Chagas (2009) auxilia a pensar como alguns conceitos relativos à memória, preservação e prosperidade transparecem em *personas* que não tiveram uma formação específica na área.

Configura-se que as memórias de instituições são produzidas para projetarem um espelho das instituições, logo, não foi usado autores que abordam a memória enquanto exceção e resistência como Huysen (2000), e memória subterrânea como Pollak (1992).

A compilação de dados foi feita em dois momentos: a princípio a coleta de arquivos sobre o Museu que corresponde a uma das fontes primárias (quais os trâmites e discursos antes da criação) visto que houve um projeto anterior; as resoluções da criação do museu; análise tanto externa quanto interna dos documentos; análise externa feita por elementos que contextualizam a época do documento; análise interna que é a informação contida no documento.

Além da compilação de dados, foi realizado uma entrevista no dia sete de novembro 2019 com Laís Santos de Amorim, museóloga do Museu, no intuito de obter informações mais precisas do Museu dentro do Senado, que corresponde a segunda fonte primária. A entrevista foi utilizada ao longo do trabalho, mas terá foco no segundo capítulo onde será abordado: a criação, acervo organização do Museu e o impacto do Museu dentro da instituição. Portanto, configurando-se em uma pesquisa qualitativa, na qual os dados da entrevista são subjetivos e o real intuito é usar da entrevista para tentar compreender o comportamento de salvaguardar a memória do órgão.

Para auxiliar na contextualização e entender a dialética entre o passado e o presente, será utilizado o método histórico. De forma que este auxilia em traçar as questões políticas e históricas que se desenvolveram até a criação do Museu. Também terá uma abordagem hermenêutica, pois se utiliza da construção e ressignificação da memória, como uma forma de legitimação da instituição.

O trabalho estrutura-se em dois capítulos: no primeiro capítulo apresento a história do Senado, elucidando como a história da instituição, por vezes se mistura com a do Brasil. Realizando este contexto histórico, demonstro como no decorrer de sua história, a instituição deixou rastros históricos materiais e

com isso acaba formando um acervo. Pretendo também demonstrar que além do acúmulo de bens históricos, existe muito o acervo de presentes que os senadores receberam, formando uma nova tipologia. No segundo capítulo discorro sobre o estudo de caso do Museu, tentando analisar o contexto histórico de sua criação. Utilizo a entrevista com a museóloga Laís Amorim, analisando a sua configuração em meio do Senado e suas particularidades. Analiso também a figura do ex-presidente Itamar Franco como protagonista da fomentação da mesma. Compartilho a análise crítica da comissão, que foi criada para promover a seleção dos objetos existentes do Senado.

Capítulo 1 Território e Trajetória

1.1 Palácio Conde dos Arcos

Para compreender o Museu que nasce em uma Casa Legislativa se faz necessário uma sistematização a respeito da sua história. Tendo isso em mente, este capítulo apresenta, de forma sucinta, o caminhar do Senado Federal elucidado principalmente por meio dos prédios que já acolheram sua Sede.

Um das prerrogativas da pesquisa é compreender a trajetória que levou o Senado a criar o Museu Histórico Itamar Franco (1991) na sede atual de Brasília e não nas sedes anteriores. Falta de pensamento museal? Ambiente político não favorável? Falta de amadurecimento museológico?

Tendo em mente o pensamento de Willms (2014) em seu trabalho sobre a Memória da Câmara Municipal de Canoas, podemos traçar uma linha entre a história Institucional e Memória Institucional.

Assim, enquanto a história organizacional diz respeito à compreensão da cultura da organização, o que permite criar narrativas para o aprendizado organizacional, os conhecimentos provenientes da memória organizacional têm como objetivo a possibilidade de utilizar as informações de forma a auxiliar na tomada de decisões, agregando eficácia aos processos administrativos. (WILLMS, 2014 p. 36)

A história do Senado Federal brasileiro se inicia com o Brasil Império, na qual o recém império independente, estava se estruturando politicamente. Foi em 1824 com a outorga de Dom Pedro I que a primeira Constituição Imperial Brasileira foi instaurada e nela previa a existência dos quatro poderes: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judiciário, e que todos conviveriam em consonância e harmonia.

O Poder Legislativo era composto pela Assembleia Geral, e esta Assembleia tinha que ter o aval do Imperador como consta no Art.13¹. A assembleia Geral era formada pela Câmara de deputados e dos senadores, havendo 17 atribuições.

Logo no Capítulo III da Constituição há a caracterização das atribuições do Senado e como funcionaria o seu sistema e sua configuração. Nota-se que havia grandes requisitos para ingressar no corpo de senadores, ter mais de quarenta anos, ter uma renda de oitocentos mil reis, além, é claro, de ser cidadão brasileiro. Ademais destes requisitos, diferente da Câmara dos Deputados, os cargos eram vitalícios. Interessante notar que nesta Constituição adotara uma configuração semelhante ao Reino Unido (Casa dos Lordes), a qual se apoiava na concepção romana de Senado onde seria uma casa de sábios por isso a necessidade de uma idade avançada, além de pela sabedoria e astúcia também seria uma casa mais de orientação ao Imperador.

Com todas estas delimitações feitas, foi apenas em 1826 que houve a primeira reunião. Sabendo que o Brasil não tinha essas instituições antes, foi necessária a procura de algum edifício que tivesse estrutura suficiente para sediar esses órgãos.

A Primeira sede do Senado foi o Palácio Conde dos Arcos, que também ficou conhecido como Paço do Senado, apesar de seu nome este Palácio não foi construído exclusivamente para abrigar uma câmara legislativa.

¹ Art. 13. O Poder Legislativo é delegado á Assembléa Geral com a Sancção do Imperador

Art. 14. A Assembléa Geral compõe-se de duas Camaras: Camara de Deputados, e Camara de Senadores, ou Senado



Figura 1- Palácio Conde dos Arcos- RJ (1921) [wikipedia](#)²

O Palácio Conde dos Arcos foi uma obra idealizada pela Associação de Comerciantes da Bahia para homenagear Dom Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, que em 1810 foi governador da Bahia e realizou diversos empenhos em sua administração criando canais, fábricas, uma tipografia, uma biblioteca, um teatro. A Associação de Comerciantes Baiana comprou uma chácara com um sobrado, e decidiram levantar um palacete onde o conde residiu de 1819 a 1821.

Com a autorização do Império³ para a compra de prédios para servir a Coroa, o Palácio foi adquirido no ano da outorga da Constituição Imperial Brasileira (1824). Ele foi adquirido justamente para que servisse como Sede da Câmara dos Senadores em suas reuniões.

Ao se tornar sede do Senado, o Palácio deveria ser decorado à altura de uma casa legislativa do Império brasileiro. Com isso, houve a importação de lustres, mobílias suntuosas, tapetes, sanefas, cortinas, painéis dentre outros adereços pomposos para esta casa. Os grandes investimentos para adornar e tonar essa casa “digna” da Império brasileiro, se refletem até hoje na história da casa, em que o Museu Itamar Franco tem como principal acervo o mobiliário. Foram encomendadas obras exclusivas.

A instituição mais elevada do país, o primeiro corpo do sistema representativo não deve reunir-se em uma casa de aspecto mesquinho, em um recinto estreito e feio, necessita de um monumento que no pórtico, nas colunas, nas magnificências da arte

² Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Palaciocondedosarcos.jpg> Acesso em 14 de Setembro de 2020.

³ A carta imperial de 25 de outubro de 1824.

indique ser o palácio dos supremos legisladores do país, dos príncipes da nação. Espelhos de pedra devem os edifícios retratar em seu prospecto, as ideias, as instituições que representam, porque não é expressivo o monumento, quando não ostenta e fotografa a ideia, a instituição que inspirou-o. Erija-se pois um palácio, um monumento em que o mármore, o granito e o bronze apresentem as grandezas e maravilhas da arte, e chame-se a este edifício o paço do senado (AZEVEDO, 1877 p. 414 Apud REFICIO)

A história de uma Instituição através de seu mobiliário, mostra não apenas escolas de decoração, mas um jeito de se fazer política que se personifica em seus escritórios e assembleias.

Em meados de 1831 já havia movimentações para trocar a Sede do Senado. Foi em 9 de maio que o senador Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque exibiu o projeto para mudar a casa para um edifício com o argumento de ter outro edifício mais acessível ao público. Foi apenas em junho do mesmo ano que houve a primeira reunião de troca de Sede. A esta reunião compareceram trinta e cinco senadores e oitenta e oito deputados.

Dentro das discussões sobre a mudança do Senado, foi-se pensando em prédios que tivessem estrutura para sediar a casa legislativa. Alguns exemplos de prédios públicos que se encaixavam minimamente e que foram levantados pelos próprios senadores foram: a casa da Tipografia Nacional, o edifício do Museu pela sua relevância histórica, a Casa da Rua Guarda Velha, pelo seu ornamento com joias da coroa, o terreno da Academia militar, para que ali se levantasse outro palácio pela localidade, e a Casa da Relação na rua Lavradio.

Apesar de todas as movimentações de mudanças, foi apenas em 1925 que foi oficialmente assinado a transferência da sede do Senado para o recente Palácio Monroe.

Segundo o livro comemorativo dos 180 anos do Senado (2008) que faz um apanhado da história do Senado. Relata que nas primeiras décadas o Senado serviu como um mediador de conflitos, no entanto com uma certa insegurança por parte da população justamente pelos cargos vitalícios, dando margens a corrupções.

Podemos dizer que este prédio pertenceu à história brasileira diferente do seu sucessor, e mesmo por todo o valor cultural histórico, este não virou um Museu ou até mesmo o Museu do Senado. Após a transferência, o palácio ainda serviu como algumas repartições públicas, e foi em 1940 que se tornou sede da Faculdade Nacional de Direito, onde permanece até os dias atuais. Ao longo de sua vida o Palácio sofreu algumas intervenções e reformas, uma das mais expressivas foi no ano de 1950 para adicionar novos pavimentos.

A resignificação do espaço é uma das alternativas para a própria preservação do Patrimônio, dar a ele uma função prática para a sociedade, para que não corra o risco de ser degradada tanto pelo tempo quanto a indiferença da população.

De acordo com Viñas (2005), este pensamento, em que o uso do edifício não vem com uma intervenção mas sim de preservação do mesmo, facilita na resignificação dos espaços. Segundo Miniati, Brenni (1992) a utilização é um fator construtivo dos bens culturais e no restauro e conservação este aspecto se torna um determinante.

Ainda nesse conceito de preservação Santos comenta:

Para nós, o simples ato de preservar, isolado, descontextualizado, sem objetivo de uso, significa um ato de indiferença, um “peso morto”, no sentido de ausência de compromisso. Entendemos o ato de preservar como instrumento de cidadania, como um ato político e, assim sendo, um ato transformador, proporcionando a apropriação plena do bem pelo sujeito, na exploração de todo o seu potencial, na integração entre bem e sujeito, num processo de continuidade. (SANTOS, 1996, p. 52)



Figura 2 - Palácio dos Arcos (Fonte: Senado Federal)

Continuando com a linha histórica, como o Senado passou por todos os reinados e com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 tanto a Câmara dos Deputados como o Senado foram dissolvidos. Essa dissolução foi feita para reformular a casa Legislativa para se enquadrar no sistema de República Federativa.

A dissolução começou em 15 de setembro de 1890 e por um ano todo a República federativa brasileira ficou sem Câmara de Deputados e sem Senado. Já em novembro do mesmo ano foi eleita nova assembleia constituinte. Dentro das mudanças da nova assembleia constituinte inaugurou-se o sistema de votação em mandatos de 9 anos no Brasil, extinguido os mandatos vitalícios. Foi em fevereiro de 1891 que a primeira Constituição republicana brasileira foi promulgada com cerca de 63 senadores e 205 deputados.

A relevância da trajetória deste Palácio, nos remete à formulação de memória. Na administração pública, a burocracia de inventariança do mobiliário e o patrimônio em geral do órgão, propicia a acumulação destes bens. Estes bens ficam lotados em algum tipo de depósito. Em órgãos longevos este acúmulo se transforma em verdadeiras coleções tanto pelo notório valor histórico quanto artístico em alguns casos. Sendo o Senado uma instituição centenária e como citado anteriormente, houve uma demanda de compra de peças para sua decoração, podemos inferir que o Senado constituiu seu acervo do Museu Itamar Franco sem mesmo ter noção. Apesar de não haver total certeza de uma coleção do Palácio Conde dos Arcos, de acordo com a

museóloga Amorim⁴ ainda não se pode mensurar o tamanho do Acervo do Museu, visto que há caixas antigas ainda fechadas na Reserva Técnica. Assim como foram “redescobertos” os lustres do Palácio Monroe, pode haver alguma mobília do Palácio Conde dos Arcos.

1.2 Palácio Monroe

A história deste Palácio começou antes mesmo de sua construção no Brasil, em solo americano. O governo americano no intuito de comemorar o centenário da compra do estado de Lousiana, planejou a realização de uma Feira Mundial, que em um primeiro momento foi marcada para 1903 e postergada para 1904.

Segundo Macedo (2012) a participação brasileira nessa feira, foi graças ao presidente Rodrigues Alves (1902-1906), que com auxílio do Ministro da Relações Exteriores planejaram uma aproximação maior com os norte-americanos ampliando o mercado, não ficando a mercê da economia europeia. Nesta época de “pré” globalização, estes eventos internacionais tinham a capacidade de ser uma vitrine para diversos países, atraindo assim investidores, no caso da participação brasileira era o café brasileiro.

Na Exposição internacional de 1904 de Saint Louis, também conhecida como “1904 Lousiana Purchase Exposition”, houve uma espécie de competição arquitetônica. A temática principal era realizar composições que fossem capazes de serem reconstruídas na capital do país e segundo Macedo (2012) propunha também que os palácios construídos fossem feitos com base em *staff*, mistura de cal e cimento contendo glicerina e glucose, dando maleabilidade e aderência.

⁴ Bacharel em Museologia pela Universidade de Brasília (2015). Pós-graduanda em Gestão Cultural pela Associação Brasileira de Gestão Cultural (2017). Pós-graduanda em Arquivo: Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural pela Faculdade Unyleya. Aperfeiçoou-se em Gestão e Políticas Culturais pelo Itaú Cultural (2017). Participou do Programa de Formação em Estudos Curatoriais pela Escola de Artes Visuais Parque Lage (2016-2017). Atualmente é museóloga do Senado Federal e Conselheira da Rede Nami. Tem experiência na área de Museologia, com ênfase em Gestão e Documentação Museológica, Curadoria, Expografia e, Montagem de Exposições. *Plataforma Lattes*

O Coronel Francisco Marcelino de Souza Aguiar foi responsável por esta empreitada. A escolha do Coronel Francisco foi devido as suas participações no Hospital Central do Exército e Quartel do Corpo de Bombeiro no Rio. Mas sua indicação de maior peso foi o projeto do pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Chicago em 1893, ganhando medalha comemorativa da descoberta da América

Desta forma o Pavilhão Brasil⁵ ocupou um terreno de 5.500 metros quadrados, ganhando o prêmio e sendo aclamado pela imprensa norte americana. Angariando mais um novo prêmio para a carreira do Coronel.

Com a vitória do pavilhão Brasil, o plano de estreitar laços com os norte-americanos prosseguiu. Quando o prédio veio para território brasileiro, passou a ser chamado de Palácio São Luís. Por ideia do Barão Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, visando este estreitamento além de que o palácio primeiramente sediar a conferência Pan-Americana, sugeriu o nome “Monroe” de forma que fosse uma homenagem a James Monroe fundador do Pan-americanismo⁶.

Com a então abertura da Avenida Central do Rio, carregando não apenas uma promessa política do prefeito Pereira Passos, mas também inaugurando um marco na Arquitetura Moderna brasileira. No final desta Avenida havia espaço suficiente para o Palácio, e como este foi o grande vencedor nada mais honroso de reconstruí-lo em solo nacional, visto também que umas das diretrizes do concurso eram poder ser construído no país de origem.

O Palácio Monroe foi o primeiro edifício construído na recente avenida Central, inaugurado dia 23 de julho de 1906 dois anos após sua primeira aparição em solo norte-americano.

⁵ Pavilhão Brasil foi o nome dado ao espaço destinado ao Brasil na competição

⁶ O pan-americanismo foi um movimento de solidariedade a nível continental na tentativa de promover a paz no continente americano, preservar a independência dos Estados e estimular seu inter-relacionamento. Este apoio continental teve duas vertentes distintas: O bolivarismo O monroísmo.



Figura 3 - Construção do Palácio Monroe (Fotografia por Augusto Malta)⁷

Vale ressaltar que o Palácio não foi construído exclusivamente para ser sede do Senado, como constata Regina Moreira (2011). Ele originalmente serviu como uma propaganda da Terceira Conferência Pan-Americana e algumas outras festividades. Foi a partir de 1911 que começou a sediar instituições da administração federal, primeiramente como Ministério da Aviação, posteriormente sendo a terceira sede da Câmara dos Deputados em 1914 até 1923. E foi apenas em 1925 que houve a transferência do Senado do prédio do Palácio Conde dos Arcos onde residiu até 1960, com a transferência da capital para Brasília, depois disso passou a ser sede do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa).

Com a mudança de sede para o Senado, muitos senadores ficaram satisfeitos com a transferência. Como citado anteriormente, já havia movimentações e negociações para um novo edifício. Acontece que alguns senadores acreditavam que a construção de um novo edifício específico para o Senado fosse mais proveitosa. Lendo a primeira ata pós transferência do dia 06 de maio de 1925, é notório um descontentamento pelo senador Alfredo Ellis (SP). Em suas palavras:

[...]O que é censurável é que tenham aplicado na simples adaptação do Monroe quase a totalidade da soma que seria destinada à construção de um novo edifício para o Senado.[...] É curioso que no

⁷ Augusto Malta, foi um fotógrafo alagoano responsável por representar a evolução urbana do Rio com cerca de 30 mil fotos

Brasil, uma das maiores nações do mundo em área, o recinto do Senado Federal fique reduzido a uma pequeníssima e insignificante sala de cinema, menor do que o de qualquer Senado do mundo. (SENADO, 1925, p. 196)

Podemos ver novamente a questão simbólica do edifício, lembrando que no Palácio do Conde dos Arcos houve a mesma preocupação de ser um lugar “digno” para sediar esta casa. O senador paulista ainda faz um breve histórico sobre projetos anteriores de construção de uma sede do Senado, como um edifício no terreno do antigo Palácio da Ajuda, ou a instalação do Senado no Palácio Guanabara e até mesmo um edifício novo idealizado pelo arquiteto Heitor de Mello⁸.

O próprio Sousa Aguiar comentou que fosse construído o Senado nos arredores do Palácio para adequar melhor as funções da casa (Anais do Senado, 1925, p. 200)

Análogo a isso podemos ver também, em contraparte o senador Mendonça Martins (AL) comemorando a transferência:

Dispomos agora de uma sede onde não nos sentiremos diminuídos pela falta de higiene, privados do menor conforto e em risco da própria vida, como acontecia no velho edifício colonial do Conde dos Arcos, que, se fora uma casa de aluguel, há muitos anos estaria interditado pela Saúde Pública. (SENADO, 1925, p. 210)

Com as falas dos senadores é notório perceber que assim como o edifício anterior passava por alguns problemas estruturais, a principal questão levantada foi o tamanho do plenário. Plenário este que está conservado até hoje no Museu.

Na visão do Presidente da casa, Arthur Bernades, a questão de transferência da sede era urgente, visto a deterioração do antigo Palácio do Conde dos Arcos, que serviu ao Senado por quase um século (1826-1925).

Desta forma é possível perceber que a transferência foi acalorada, e a primeiro momento incompleta, pelas reformas no espaço e a transferência dos

⁸Graduado em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no Rio de Janeiro, principal responsável pela formação profissional de Archimedes Memória. Arquiteto, construtor e professor.

senadores. O Senado residiu no Palácio de 1925 até a oficial transferência para recém construída capital Brasília em 1960.

Foi em meados de 1970 que iniciou-se uma movimentação para destruição do Palácio, que só se concretizaria em 1976. Segundo Alvarega (2018) a historiografia da destruição do Palácio Monroe não é uníssona.

No âmbito das versões e das especulações, a derrubada do prédio teria sido uma vingança pessoal do Presidente Geisel, preterido na sua promoção ao generalato pelo filho do projetista do imóvel, Rafael de Souza Aguiar. Contudo, segundo Regina da Luz Moreira, não há na biografia destes dois militares indícios consistentes que reforcem esta versão de que se tratava de uma rivalidade na carreira militar (ALVAREGA, 2018, p. 10)

Dentro das diversas nuances que levaram a sua demolição, algumas hipóteses foram levantadas tanto de cunho político, pessoal e arquitetônico-estético. Para Alvarega (2018) a destruição foi uma questão de esvaziamento da capitalidade do Rio em meio todo o cenário político nacional. Nesta perspectiva a destruição do Monroe foi um ato simbólico e político, no intuito de aviltar o poder legislativo, justo em uma época de autoritarismo, promovendo um sistemático esquecimento simbólico da antiga capital para construção de uma nova identidade. Identidade esta que fosse de interesse do governo autoritário.

Para entender melhor a respeito da demolição, é preciso identificar os atores envolvidos neste acontecimento. Se por um lado havia o Clube de Engenharia e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) solicitando o tombamento para o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, havia a pressão de Lucio Costa e a evolução urbana do Rio que alegava que iria “desafogar” o trânsito.

As obras do novo sistema metroviário, colocavam em risco a sustentação do Palácio, por isso todo dia havia uma equipe de averiguação da sustentação do Palácio. A obra do metrô criando uma estação na Cinelândia foi concluída sem que danificasse a estrutura do Palácio, tal empreendimento foi comemorado pela equipe de engenheiros responsáveis. Empreendimento foi carinhosamente denominado a “curva mais cara”. Apesar dos esforços, o Palácio sucumbiu.

No âmbito pessoal, havia segundo Moreira (2001) uma desavença entre o filho do engenheiro e o filho do arquiteto com o próprio Coronel Geisel.

Além desta visão, dentro da própria área do Patrimônio houve uma contribuição. A expressa contribuição de Lucio Costa para demolição do Palácio, alegando em entrevista para Jornal que o Palácio era uma “cópia da cópia”. Em seu parecer a favor da demolição, Lucio Costa expõe que a arquitetura do Palácio usada pelo arquiteto Marcelino de Souza Aguiar era baseada em conceitos eclético da *belle-époque*. Lucio sendo um vivaz defensor de uma arquitetura moderna, sustenta que o palácio tinha perdido seu significado e apontou outros prédios para o tombamento.

Com a demolição as peças do Monroe e boa parte das obras foram leiloadas. Segundo artigo da Agência do Senado, dois dos famosos leões da fachada tiveram seu destino na galeria do Museu do Instituto Brennand⁹ os outros dois em uma fazenda em Uberaba (MG). E um dos ornamentos que possuía na fachada está no Museu de Arte do Rio (MAR)

Por volta do ano de 2002 foi levantado novo debate sobre a questão do Palácio. Cesar Maia, prefeito do Rio, à época comentou a possibilidade de um “novo Monroe” utilizando o método de fotogrametria. A ideia de um novo Palácio não vingou.

O assunto da demolição do Palácio Monroe sensibilizou boa parte da população fluminense, principalmente com auxílio da imprensa para noticiar todas as sequências de atos que foram se seguindo. Como relata Amorim este acontecimento ecoou forte em uma parcela dos senadores, principalmente por Itamar Franco. Assim, algumas reuniões foram feitas justamente com a pauta de preservação da Memória da casa.

Questões que se levantam são: quais dos diversos objetos que “sobraram” do Palácio? Claro que a fachada por ser bem icônica, como os

⁹ Instituto Ricardo Brennand é um espaço cultural sem fins lucrativos inaugurado em 2002, que salvaguarda um valioso acervo artístico e histórico originário da coleção particular do industrial pernambucano Ricardo Coimbra de Almeida Brennand. Localizado nas terras do antigo engenho São João, no bairro da Várzea. Para mais informações acesse : <https://www.institutoricardobrennand.org.br/>

leões foram uma das primeiras peças a ser cobiçadas, mas e o resto? No trabalho da Ana Sofia Meyer (2017) e com o relato da Laís Amorim, temos algumas repostas. Em meados 2015-2016, no Museu Itamar Franco sob diretoria de Alan Silva foram abertas algumas caixas que estavam no galpão e posteriormente na reserva técnica por anos, e ao desempacotar deparam-se com os lustres do Palácio Monroe.

Segundo Meyer (2017), apesar da transferência do Senado em 1957 foi assinado um decreto que estabelecia que o Palácio Monroe ainda estaria sob custódia do Senado por mais dois anos, para corroborar com a transferência dos bens e dos funcionários. Desta forma, a última sessão realizada no Palácio Monroe foi em 14 de Abril de 1960. Este prazo se alongou por quinze anos devido a senadores que tinham sua aposentadoria chegando e não queriam se mudar para Brasília. Foi apenas em 1975 que o Senado entregou o imóvel para a União através de um ofício assinado pelo Senador Magalhães Pinto.

1.3 Palácio do Congresso (Nereu Ramos) - Brasília

A promessa da capital no interior do país, auxiliando a interiorização do Brasil e sendo mais estrategicamente posicionada saiu de apenas uma promessa de Kubitschek para ser levantada da poeira ao cimento. Cabe ressaltar que esta empreitada de transferência do Capital para o interior, não foi a primeira, mas a primeira a sair do papel.

Segundo Torrão (2011), em sua obra “De Nova Lisboa a Brasília”, o autor apresenta os diversos planejamentos de cidades na região mais interior do Brasil. Assim, por todos estes estudos anteriores na demarcação de terrenos já havia todo um respaldo legislativo com a constituição de 1891, para transferência da Capital.

Com a instauração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) por Juscelino Kubitschek através da lei nº2.874, uma companhia urbanizadora para gerir a criação da nova capital tinha como uma das primeiras etapas a escolha do eixo arquitetônico da nova capital. Em 1º de outubro de 1957, por meio da Lei nº 3.273, foi oficialmente aberta a construção de Brasília com o plano arquitetônico vitorioso de Lucio Costa um ano após criação da Novacap.

Seguindo para o canteiro de obras, a futura sede do poder legislativo do país, o Congresso Nacional foi uma das primeiras obras de Oscar Niemeyer. Assim, como toda a construção da cidade, o projeto foi corrido, tendo apenas um ano e meio desde seu início e sua conclusão (1957-1958).

O projeto original continha uma plenária pública que vinha do gramado, para que assim as pessoas pudessem acompanhar algumas sessões. Mas nem todos estes conceitos de participação popular puderam ficar no projeto final.

Logo, em 1958 foi criada a Comissão de Estudos do Projeto do Edifício do Senado que serviria para monitorar as obras de construção do novo edifício justamente para poder opinar para construção de um palácio que funcionasse para suas funções, mas esta comissão estava atrasada ou as obras que estavam muito adiantadas.

Segundo Meyer (2017) para gerir a transferência das diversas entidades da máquina pública, com sede no Rio, para a nova capital foi necessário a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) responsável por organizar todos os processos de mudança. No próximo capítulo será abordado com mais profundidade este GT, visto que neste momento foi levado boa parte do Acervo que o Museu tem do Palácio Monroe. Foi a resolução de 31 de março 1960 que estabeleceu que mesmo após a transferência o Palácio Monroe, ainda, estaria sob custódia do Senado por mais anos para resolver pendências de transferências principalmente dos funcionários. Mas o prédio só foi entregue 15 anos depois para União, visto que muitos senadores que estavam perto de sua aposentadoria não estavam confortáveis na mudança.

A arquitetura arrojada e moderna simboliza o poder legislativo, a famosa explicação da cúpula de cabeça para baixo representa o Plenário do Senado Federal e a cúpula de cabeça para cima representa o Plenário da Câmara dos Deputados.

Este Palácio horizontal ganha destaque pelo conjunto da obra. A sequência da esplanada dos Ministérios dá uma visão monumental. A concepção e configuração da Praça dos Três Poderes nos remete a um equilíbrio entre os Poderes. Por estas características e outras que o Palácio é cartão postal da cidade.

Como consta na Revista¹⁰ Comemorativa do Senado diversos atores trabalharam em conjunto com Oscar Niemeyer para erguer este palácio. Joaquim Cardoso ficou responsável pela fundação e concretização da estrutura geral e Nauro Neves Esteves ficou a cargo da parte mais interna como hidráulica, elétrica e também de fundação.

Dentro de todos os conceitos da Arquitetura moderna de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, os cinco princípios que nortearam a construção de Brasília com base em Le Corbusier foram: Pilotis, Terraço jardins, Planta livre, Fachada livre e Janela em fita.



¹⁰ SENATUS Ed. 2010

Figura 4 - Construção do Congresso Nacional ¹¹ (Fonte Câmara dos deputados)

Brasília foi inaugurada “oficialmente” em 21 de abril de 1960. Esta sede foi a primeira a abrigar simultaneamente tanto o Senado quanto a Câmara. Tanto o Palácio Conde dos Arcos quanto o Palácio Monroe, foram sedes de ambas as casas, mas em épocas diferentes, nunca coexistindo sobre o mesmo teto.

Interessante destacar que este novo edifício, como sonhava o senador Alfredo Luis na época de transferência de Monroe, foi construído pensado exclusivamente para sediar o Senado. Assim como o anterior não foi livre de críticas.

Na reunião solene comemorativa da transferência da Capital de todos os poderes em 1º de Outubro de 57, sob a luz da lei nº3.273 ¹², alguns senadores interpelaram que o edifício de fato era monumental, mas que por falta de comunicação da casa com a equipe de arquitetos de Oscar Niemeyer, houve alguns transtornos. Mesmo nascendo para sediar o Senado, não significa que não precisou de reformas.

Pena é que o edifício tão belo e majestoso, principalmente do ponto de vista da arquitetura escultural, não tenha sido planejado com a prévia audiência dos órgãos a que era destinado, a fim de que pudessem dizer quais as suas necessidades, antes de se entrar na fase da execução, e, portanto, a tempo de serem atendidas. Ter-se-iam, assim, evitado motivos para alterações que, em obra de tão apurada arte, dificilmente escapam ao perigo de deformar o que brotou harmoniosamente do pensamento criador do artista. (SENADO,1960)

Sob uma nova estética este Palácio, diferente dos anteriores, carrega uma personificação do modernismo, tanto no exterior na sua arquitetura quanto internamente em seu *design*. A mobília que foi produzida para a organização dos ambientes foi resultado do trabalho de Oscar Niemeyer e sua filha Ana Maria Niemeyer. A mobília da *Belle Époque* cheia de arqueamentos e retoques

¹¹ Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/comunicacao/camara-noticias/camara-destaca/historico/cinquenta-anos-da-camara-em-brasilia/palacio-do-congresso-nacional/imagens/construcao%20-4.JPG/vie_w Acesso 06 Out 2020

¹² LEI Nº 3.273, DE 1º DE OUTUBRO DE 1957. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3273.htm#:~:text=LEI%20No%203.273%2C%20DE,Art.&text=Rio%20de%20Janeiro%2C%20em%201%2C%20BA,Independ%C3%Aancia%20e%2069%2C%20BA%20da%20Rep%C3%ABlica.

dourados, que caracterizou o Palácio Monroe, passou a seguir linhas retas e minimalistas do mobiliário moderno.

O Palácio foi entregue pendente ainda de algumas obras. Inclusive, os seus anexos foram ser terminados posteriormente

As obras das torres anexas só seriam totalmente concluídas em outubro do mesmo ano. Nestes edifícios estavam localizados os gabinetes dos parlamentares, comissões, áreas administrativas e serviços de apoio. Com a finalização da obra, o edifício começa, de fato, a estar apto a abrigar as atividades do Congresso Nacional, atravessando praticamente toda a década seguinte sem maiores ampliações ou construções de novos anexos. (CASTRO, Andre; CARVALHO, Sidney. 2010, p.186)

Os anexos do Senado têm vital importância administrativa por ser onde se localiza a gráfica do Senado e o com alguns arquivos. Desta forma, podemos inferir que o depósito que futuramente se tornaria a reserva técnica do Museu foi construído por volta desta época. E como não havia ainda pretensão de haver um Museu e nem uma reserva técnica, não foi construído nesta perspectiva.

Adaptar um prédio para as especificidades de um museu é bem diferente de planejar um Museu do zero. Assim, o Palácio do Congresso em sua construção rápida não foi pensado para ter um Museu em suas dependências. Portanto, surgiram algumas dificuldades para sua instalação.

Segundo Lupo (2019) a arquitetura do Museu faz parte da interação social e é um fator de importância na museografia do museu. Em seu trabalho, a autora ao analisar casos de museus com pouco acervo e pouco espaço, apresenta algumas alternativas criativas que foram tomadas para minimizar alguns problemas, como a falta de espaço tanto na área expositiva quanto administrativa. Nos museus institucionais existe esse desafio de tentar se adequar a um espaço que por vezes não tem condições para fazer o mínimo.

Museus institucionais têm, assim como tantos outros museus, o fato de que são prédios que não foram concebidos para serem museus, em muitos casos nem reformas são feitas para auxiliar o desempenho das funções de um museu. Em contrapartida no Museu do TCU houve reformas para adaptar o edifício para algumas especificidades do Museu. Mas no caso do Palácio do Congresso outro atenuante foi seu tombamento. O tombamento do Palácio do

Congresso pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) aconteceu em 2008 e apresenta alguns desafios para gestão da casa.

Para Montaner (2003) que analisa e categoriza a arquitetura dos museus que nascem no contexto do século XXI, a categoria que mais se aproxima do Museu do Itamar Franco no Congresso Nacional é “Museu-Museu” que se caracteriza por manter a memória do próprio edifício. Desta forma, ao olharmos os Museus Institucionais, são Museus introspectivos por estar inserido em um órgão, apesar de ser aberto ao público o público interno tem uma maior expressividade na visita.

Pela alta rotatividade de pessoas tanto trabalhadores, guardas, assessores, deputados, senadores que transitam no Congresso, o Museu ganha uma função didática, lúdica, um passatempo, um relaxamento entre reuniões e para os ilustres visitantes é uma boa atividade turística.

Capítulo 2 Museu Histórico Itamar Franco

2.1 Histórico

O processo de constituição do Museu não foi simples e unânime. O primeiro projeto de criação do Museu data de 12 maio de 1976, mesma época da demolição do antigo palácio, feita por um projeto de Resolução nº51¹³, proposto pelo Senador Itamar Franco.

¹³ A Resolução encontra-se no Anexo A.

Por meio da entrevista de Laís Amorim (2019), pode se inferir que a demolição do Palácio Monroe em 1976, construiu um sentimento de reflexão, dentro da casa, sobre sua própria memória. Dentro deste contexto foram destinadas algumas reuniões para debater este assunto na Casa: tanto a demolição do antigo Palácio quanto a preservação da história/memória do Legislativo para a posteridade. Começou-se a construir um consenso de que uma análise do passado para pensar atividades no presente poderia ser uma forma de preservar essa trajetória do Senado. E foi neste contexto que foi feita a proposta da Resolução nº51 para análise da Casa, projetando a criação de um Museu. Em sua proposta, o Senador Itamar Franco elencou argumentos para a constituição da instituição museal, mas não houve a adesão necessária para a assinatura da resolução naquela ocasião.

Durante o discurso de Franco, alguns senadores se propuseram a falar a respeito. O Senador Benjamni Farah (MDB- RJ) apresentou sua indignação e também demonstrou sua visão museológica:

[...]Não temos tradição, nossa tradição é pobre, e o pouco que temos, estamos destruindo; da mesma forma que o caboclo está destruindo as matas e acabando com a vida dos animais, também. nós nas cidades estamos destruindo as nossas tradições. Agora mesmo estão destruindo o Senado, o Monroe, que foi um palco de grandes acontecimentos políticos; por ali pontificaram grandes homens. Pois bem, não sei por que, estão destruindo o Senado. Nos países de grandes culturas, como na França, na Inglaterra - e estou aqui falando diante de dois Senadores que naturalmente já visitaram os Estados Unidos, Senador Marcos Freire e o Senador Mauro Benevides - eles ali ficam agarrados às tradições, fazem monumentos às figuras exponenciais como a de Lincoln, Jefferson, Kennedy e outros. Veja, por exemplo, na cidade de Washington, o teatro em que foi assassinado Lincoln permanece como estava naquele tempo, o camarote do mesmo jeito, as mesmas cadeiras, o retrato, uma bandeira, nada foi mudado; ele foi carregado dali para uma casa em frente, a casa continua como estava no dia do crime, a cama em que ele faleceu está lá para quem quiser ver. Quer dizer eles guardam, dedicam certo amor às tradições, para demonstrar para as gerações futuras o que as grandes figuras fizeram de exemplo.[..] (SENADO, 1976, p.197)

O Senador Mauro Benevides MDB- CE também compartilhou deste sentimento de perda:

O Sr. Mauro Benevides (MDB- CE)- Nobre Senador Itamar Franco, também desejo manifestar a V. Ex• meu decidido apoio diante de mais essa brilhante iniciativa parlamentar. Há poucos dias, fazendo um pronunciamento nesta Casa, tive oportunidade de desta Casa que povo que não preserva suas tradições históricas, não as cultua, é povo sem alma. V. Ex•, exatamente, se propõe hoje, através da apresentação desse projeto de lei, a concorrer para a preservação de nossas tradições históricas, agora, no campo parlamentar; Acredito que sua proposição haverá de ter guarida entusiástica nesta Casa e uma célere tramitação, a fim de que, no menor espaço de tempo, possa se transformar em lei vigorante. (SENADO, 1976, p.197)

O Senador Marcos Freire também comentou:

O Sr. Marcos Freire (MDB- PE) Antes de V, Ex• enveredar em outra seara, gostaria de trazer minha solidariedade à iniciativa que, em tão boa hora, V. Ex• houve por tomar, sobretudo agora, quando comemoramos o Sesquicentenário de existência desta Casa. Foi com uma certa tristeza que participamos da solenidade de inauguração da exposição feita no hall de entrada, porque achávamos que o lugar mais apropriado para se reconstituir o antigo Senado da República era no próprio local, onde durante tantos e tantos anos ele funcionou, no Rio de Janeiro. Mas, já que entramos no rol dos fatos irreversíveis em relação ao Monroe, parece-me seria não despropositado que neste museu, cuja criação V. Ex• propõe, como que se reconstituísse o plenário do antigo Senado no Rio de Janeiro; tendo em vista termos os móveis. Portanto, a técnica de engenharia e arquitetura moderna logicamente não encontraria empecilhos para, neste museu, reconstituir integralmente o ambiente do antigo Senado, exatamente como ele funcionou no Rio de Janeiro. Meus parabéns a V, Ex• (SENADO, 1976, P.199)

Com a leitura das falas se percebe que há uma consonância entre alguns conceitos. Tendo em mente que estavam abalados com a destruição do Palácio Monroe, os senadores demonstram uma ideia de preservação “estática” e até citam monumentos estadunidense que seguem esta lógica de um patrimônio estático, que não se altera ao longo do tempo, um patrimônio que não se modifica. Este pensamento é semelhante das primeiras escolas de preservação, como Ruskin (1849) em que reverenciava fervorosamente os edifícios como bens que deviam permanecer estáticos, quase um fatalismo passivo.

Essa questão nos remete à ideia dos “lugares de memória” de Nora (1993), em que a história se materializa nos edifícios e objetos. Para os senadores a destruição do Monroe não foi apenas uma destruição de uma parte da história legislativa e sim uma parte da identidade nacional. Consonante a este pensamento de destruição, Choay (1996) comenta que a

restauração é “considerada a mais completa destruição que um edifício poderia sofrer”(p.155).

O homem destruindo, degradando ou desnaturando os monumentos históricos apaga suas raízes, deturpa a própria memória, deforma as lições deixadas pelo passado, condenando-se a nunca ir além do empirismo. Uma sociedade deturpando sua cultura e sua memória, destrói os instrumentos que são seus próprios meios de expressão como seres vivos, com incidências sobre a memória individual e coletiva, podendo gerar problemas para a identidade como comunidades, povo ou nação (KÜHL. 2006, p. 35)

É interessante pensar como a demolição do Palácio Monroe foi analisada pelos senadores, em especial Itamar Franco, e também refletir por que a escolha de uma instituição museal para salvaguardar esta memória. Com a leitura de Parella (2019) é possível perceber que a construção de fundos arquivísticos partem também desta prerrogativa de preservação de uma memória institucional. Diferente de arquivos e bibliotecas, que possuem um suporte informacional mais “homogêneo” em termos de formato, o suporte informacional dos museus é de natureza tridimensional, e conseqüentemente heterogêneo. O Museu carrega uma variedade de tipologias em seus acervos. A opção de Itamar Franco ao escolher uma instituição museal foi devido à existência de inúmeros mobiliários históricos que vieram com a transferência do Senado, sendo um legado do palácio destruído.

A carga simbólica que um objeto pode carregar é notória, talvez essa seja uma ideia subliminar que perpassava os senadores ao discutir sobre memória. Tendo a reflexão do Halbwachs (2004) de que esta memória seria selecionada a partir de algum recorte, seja pelo mobiliário, o acervo artístico da casa, a seleção do que estaria ou não no Museu seria um processo de seleção de memória.

Também se faz necessária a reflexão sobre memória institucional tendo como base Thiesen (1997). Aquilo que será preservado agencia processos de legitimação da Casa, sua hierarquia e autoridade do Poder Legislativo. Desta forma posso inferir que mesmo não conscientes de todas essas nuances da memória, os senadores também estavam querendo deixar sua versão da história, enaltecendo a singular relevância da instituição para o país.

E dentro desta construção de memória há uma questão identitária que perpassa esta preocupação com a memória da instituição, como sinaliza Anderson (1989). Assim o enaltecer de uma visão patriótica dos senadores, mostra uma visão de como gostariam de ser lembrados.

Cabe ressaltar que esta proposição de 1976 não foi a primeira tentativa de criação de um museu no Congresso. Houve a proposição de um “Museu do Congresso” onde se estariam representadas as duas casas legislativas. Contaria de forma mais íntegra a história do Legislativo, tanto da Câmara dos Senadores quanto do Deputados. O projeto não foi para frente por algumas questões envolvendo a gestão mista que caberia a este Museu. Como explica o próprio Itamar Franco na sua justificção do projeto:

A criação do Museu Histórico do Senado Federal, na forma preconizada pelo presente projeto, constitui, em concreto, uma novidade legislativa, no âmbito da economia interna dessa Alta Câmara do Congresso Nacional. A ideia, contudo, nos seus amplos contornos, poderá até não ser nova, uma vez que sugestão idêntica, certo, já teria sido ventilada, por exemplo, para o Congresso Nacional. Tal iniciativa, no entanto, à vista dos impedimentos de ordem jurídica e constitucional, não conseguiria lograr acolhimento, ainda, porque dependeria do beneplácito das duas Casas do Congresso Nacional. (SENADO, 1976, p.198)

No mesmo ano da demolição e da proposta de criação do Museu, foi realizada a Exposição Comemorativa de Sesquicentenário da instalação do Senado Federal no Brasil, que aconteceu no Salão Negro do Congresso (6 de maio a 31 de agosto de 1976). Nesta exposição foi apresentada uma parte do antigo acervo do mobiliário do Palácio Monroe.

A proposta de criação do Museu ficou engavetada por cerca de 10 anos e reapareceu, mais uma vez, pelo Senador Itamar Franco. O contexto e justificativa estava mais aparente e alarmante, os móveis do antigo palácio estavam se deteriorando e estavam em pleno uso por toda casa, principalmente para decoração. Assim, sem uma política de preservação adequada as peças corriam risco.

O projeto de resolução, anteriormente sendo a Resolução nº51, passou a ser a Resolução nº17 em 1987, e tinha o mesmo objetivo que seu antecessor. Mesmo com sua assinatura em 1987, o Museu demorou cerca de

quatro anos para ter sua configuração concretizada, dando lugar para a normativa 26º de 1991.

Assim analisando os três documentos, é possível notar que a maioria das proposições continuaram, desde o primeiro projeto já havia o cerne da criação do Museu, com a noção de “elementos de valor histórico” espalhados na casa e criação, primeiramente, de uma Diretoria do Patrimônio, que no documento de 1991 se tornou Conselho Curador. Assim segue um quadro comparativo. As resoluções estão dispostas nos anexos (A, B, C)

Nº51 de 1976(Anexo A)	Nº17 de1987 (Anexo B)	Nº26 de 1991 (Anexo C)
<p>Art. 3º O Museu Histórico do Senado Federal funcionará em local a ser indicado pela Comissão Diretora, e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria do Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do Centro de Processamento de Dados-PRODASEN.</p>	<p>Art. 5º O Museu Histórico do Senado federal - MUSEN - funcionará em local a ser indicado pela Comissão Diretora e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria do Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do Centro de Processamento de Dados -PRODASEN.</p>	<p>Art. 3º O Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN funcionará em local a ser indicado pela comissão diretora e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do Centro de Processamento de Dados - PRODASEN.</p>
<p>§ 1º O acervo patrimonial referido neste artigo será constituído por todos os bens tombados à Conta do Museu Histórico do Senado Federal, representados, principalmente, pelos "elementos de valor histórico" encontrados em qualquer dependência do Senado Federal; pelos que sejam adquiridos e pelo que lhes sejam doados.</p>	<p>§ 1º O acervo patrimonial referido neste artigo será constituído por todos os bens tombados à Conta do Museu Histórico do Senado Federal, representados, principalmente, pelos "elementos de valor histórico" encontrados em qualquer dependência do Senado Federal; pelos que sejam adquiridos e pelos que lhes sejam doados.</p>	<p>§ 1º O acervo patrimonial referido neste artigo será constituído por todos os bens tombados à conta do Museu Histórico do Senado Federal, representados, principalmente, pelos "elementos de valor histórico" encontrados em qualquer dependência do Senado Federal, pelos que sejam adquiridos e pelos que lhes sejam doados</p>

<p>§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, consideram-se "elementos de valor histórico", dentre outros, os documentos, livros, revistas, quadros, móveis, tapetes, estátuas, jarros, fitas, filmes, gravações, e quaisquer utensílios, assim considerados por decisão da Comissão Organizadora, designada pelo Presidente do Senado Federal.</p>	<p>§ 2º -Todo o mobiliário e demais objetos considerados de valor histórico pelo Conselho de Supervisão, existentes nas dependências do Senado Federal e de sua Representação no Rio de Janeiro, serão removidos para o MUSEN, cabendo à Subsecretaria de Patrimônio efetuar a necessária alteração de tombamento.</p>	<p>§ 2º Todo o mobiliário e demais objetos, considerados de valor histórico pela Secretaria de Documentação e Informação, existentes nas dependências do Senado Federal e de sua representação no Rio de Janeiro, serão removidos para o Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN, cabendo à Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio efetuar a necessária alteração de tombamento.</p>
<p>§ 3º Com exceção dos documentos declarados secretos, na forma regimental; poderá a Comissão Organizadora determinar a transferência, imediata e definitiva, para o acervo do Museu Histórico do Senado Federal, de quaisquer elementos históricos porventura existentes em dependência de órgãos do Senado Federal, providenciando a competente alteração de tombamento.</p>	<p>§ 3º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior a documentos e quaisquer outros elementos de valor histórico, excetos declarados secretos na forma regimental e regulamentar</p>	<p>§ 3º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior a documentos e quaisquer outros elementos de valor histórico, exceto os declarados secretos na forma regimental e regulamentar.</p>

Quadro 1- Quadro Comparativo das resoluções Fonte: Autoria própria

Os grifos indicados no quadro servem para ilustrar como os termos se repetem nas resoluções. A principal diferença entre as propostas é o aprofundamento na questão da gestão administrativa que há na Resolução nº 17 de 1987, elencando questões financeiras, culturais e administrativas, além de que esta resolução também tem mais artigos que as demais, a exemplo disso: a resolução nº51 possui 6 artigos ; a resolução nº26 tem 5 artigos; e a resolução nº17, 8 artigos.

A iniciativa do Museu foi amplamente divulgada pela mídia, mais especificamente pelo Jornal de Brasília de 19 de março de 1988. No mesmo ano, foi proposta e formalizada uma parceria com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) para produzir uma política de preservação dos bens. Como nos informa Meyer (2017):

O convênio de preservação com o SPHAN alavancou a possibilidade de um espaço próprio para o acervo do Senado Federal. O objetivo era recolher tudo que estava disperso no Senado, e obter uma avaliação real do acervo, para que essas peças fossem expostas à visitação pública, com a intenção de que, no futuro, todo esse acervo ficasse a mostra no Salão Nobre do Senado. (MEYER, 2017)

Desta forma, estas parcerias corroboraram com o desenvolvimento de políticas internas não apenas para uma consultoria, mas também, para negociações de locais para funcionamento do Museu.

O Museu não se restringe exclusivamente à área expográfica, é necessário no mínimo: uma reserva técnica, laboratórios de documentação, conservação e restauração. Mesmo que todas estas exigências não tenham sido atendidas, o Museu com o tempo conseguiu obter três espaços de trabalho.

Caldas (2007) analisa duas intervenções arquitetônicas em edifícios históricos para abrigar dois museus regionais do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan): o Museu das Missões (RS) e o Museu do Ouro (MG). Logo no começo do trabalho são apresentados alguns conceitos arquitetônicos e nesta conceituação é apresentada a diferença entre projetar um Museu do zero e adequar um edifício histórico para ser museu. Um museu precisa de muito mais do que uma área expositiva, e na pesquisa de Caldas são destacadas 9 áreas necessárias (Acesso público, área educativa, área expositiva, reserva técnica, área de apoio técnico, área de apoio expositiva, área de manutenção, área administrativa e estacionamento).

Como apresentado no capítulo anterior da construção do Congresso Nacional, os anexos tanto do Senado quanto da Câmara foram construídos posteriormente. Segundo Meyer (2017), o galpão onde hoje está instalada a reserva técnica do museu antes era o almoxarifado da antiga Coordenação de Transporte - COTRAN¹⁴, que hoje é Serviço de Transporte - SETRAN. Como Meyer (2017) elucida em seu trabalho, antes da mudança de 2015 o ainda Serviço de Museu - SEMUS, posteriormente se tornaria uma coordenadoria, tinha que dividir espaço com o arquivo da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação - SIGIDOC.

¹⁴ Não foi confirmado os nomes oficial destas coordenadorias.

2.2 Pensamento Museal de Itamar Franco

Partindo da análise da resolução, podemos investigar com base no conceito de “imaginação museal” elaborado por Mario Chagas (2009) e apresentar algumas características que transpareciam a noção de patrimônio cultural do senador Itamar Franco.

Para melhor analisar a proposta do Senador partiremos de uma investigação do mesmo, para que assim possamos situar aquilo que acreditamos ser seu pensamento museal. De forma resumida, Itamar Franco foi criado na cidade de Juiz de Fora. Sua escolaridade chegou ao que hoje designamos por Ensino Médio no Instituto Granbery, se tornou aspirante oficial da reserva no Exército e foi graduado pela escola de Engenharia de Juiz de Fora. Depois ingressou na vida política.

Tendo conhecimento da sua formação escolar, podemos inferir que o mesmo não teve contato com discussões mais adensadas sobre os museus. Talvez uma busca mais apurada a respeito das pessoas com quem Itamar Franco conversou ou até mesmo se teve algum outro personagem que auxiliou neste pensamento de criar um Museu. Mas como não há evidências, podemos inferir que este pensamento é fruto de suas experiências “museais” de vida, que contribuíram para sua formulação. Foi então que em 2012 com a Resolução nº 19, o até então chamado Museu Histórico do Senado Federal passou a ser chamado Museu Histórico Senador Itamar Franco, justamente para homenagear seu principal defensor e idealizador.

Art. 4º É criado um conselho curador, integrado por nove membros, sem ônus de qualquer natureza, designados pelo Presidente do Senado Federal, dentre pessoas de reconhecida capacidade para estimular o desenvolvimento do museu. Parágrafo único. Compete ao Conselho Curador colaborar com o Senado Federal na coleta, conservação e manutenção de objetos e documentos que devam constituir o acervo do museu. (SENADO, 1991, p.)

Algo que fica nas entrelinhas do pensamento do senador que não é percebido no documento, e sim em suas justificativas para construção do Museu, é a questão da perda. Fica evidenciado nas reuniões específicas para tratar da destruição do Monroe, o pesar dos senadores, mas esse pesar além de ser pela destruição da antiga casa, também parte de uma noção que

parecia ser comum entres os Senadores, estava perdendo muito mais que um Palácio e sim uma parte da identidade e da memória brasileira.

Partindo para leitura do projeto é importante destacar a criação de um Conselho Curador, assim é fácil perceber que o senador Itamar e os demais idealizadores da resolução tinham conhecimento da existência de várias peças dentro da casa que possuíam seu valor cultural, histórico, artístico e não apenas peças que estavam guardadas em um depósito. O delineamento dos parâmetros que este Conselho usou para situar o patrimônio do Museu seria de grande relevância museológica.

Lembrando do trabalho de Pestana (2015) que também relata a existência de um Conselho Curador no Tribunal de Contratos da União (TCU) em meados de 2004 para fomentar a nova política cultural da casa, que continha a revitalização do Museu do TCU

§ 2º Todo o mobiliário e demais objetos, considerados de valor histórico pela Secretaria de Documentação e Informação, existentes nas dependências do Senado Federal e de sua representação no Rio de Janeiro, serão removidos para o Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN, cabendo à Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio efetuar a necessária alteração de tombamento.
§ 3º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior a documentos e quaisquer outros elementos de valor histórico, exceto os declarados secretos na forma regimental e regulamentar. (SENADO, 1991)

Outro percalço que deve ser levado em conta, é que as instituições públicas de grande renome sempre tiveram o hábito de “usar” a arte em uma perspectiva estética, como elencado na instalação do Senado no Palácio Conde dos Arcos em que o senador fala que o palácio deve estar a “altura” de uma Casa Legislativa por isto a compra tanto de móveis, tapetes e pinturas. Desta forma, vemos que historicamente a arte tinha um papel nestas instituições que carregam um viés político. Político no sentido de haver um conflito de possui obras com maior opulência. No congresso do patrimônio institucional (2018)¹⁵, idealizado pelas duas casas legislativas (Senado e Câmara dos Deputados), os palestrantes João Carlos Ramos Magalhães¹⁶ e

¹⁵ Seminário – Preservação da Memória Institucional – Perspectivas e Interdisciplinaridades (2018)

¹⁶ Coordenador da Comissão de Curadoria do Palácio do Planalto e Palácio da Alvorada, Diretor-Adjunto da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da

Antônio Thomaz Lessa Garcia Junior¹⁷, servidores da Presidência da República comentaram que nestas instituições há um agravante na proteção dos bens, é a questão da alta rotatividade das obras em meio o turbilhão das atividades e da instituição causando um alto risco para obra. Além disso, muitas obras ficam em escritórios particulares de senadores, parlamentares, deputados e não podem simplesmente serem tirados de lá para atividades de preservação, diante desses comentários percebe-se que há um embate político nestas ocasiões. Tendo isso em mente, posso inferir que tanto o Conselho Curador quanto posteriormente o museu não queriam mexer nesta questão que envolvia o gabinete de parlamentares e, provavelmente, a escolha deve ter partido apenas de obras que não estavam sobre guarda de *personas* políticas.

Mais uma vez podemos lembrar da proposta da Thiessen que comenta sobre a tensão entre a memória e o poder. O uso destes bens nos gabinetes de senadores e deputados elucida um conflito entre as funções do museu e da própria instituição Senado.

Uma questão interessante de comentar é que, dentro órgãos há o controle de bens patrimoniais, que são todos os móveis e demais objetos que são comprados para o órgão. Desta forma, os bens dentro do Museu são primeiramente patrimônio do órgão, mas que diferente dos demais, são bens musealizados que perdem sua função utilitária e passar a ter uma função simbólica.

República. Economista formado pela UnB e mestre pela Escola de Pós-Graduação em Economia- EPGE da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas com trabalhos publicados nas áreas de Macroeconomia Aberta, Desenvolvimento Econômico, Economia Urbana e Economia Regional. É autodidata em História do design, Indústria nacional de mobiliário moderno e em processos de restauração. *Plataforma Lattes*

¹⁷ Diretor no Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Defesa e Segurança Hemisféricas pelo Colégio Interamericano de Defesa - Titulação com Honra. Pós-Graduado em Gestão de Recursos de Defesa pela National Defense University, Washington DC e em Docência e Ensino Superior (ICESP – Brasília). Atuou em organismo multilateral na área de defesa, a Junta Interamericana de Defesa, ligada à Organização dos Estados Americanos - OEA até julho de 2016. Nomeado em agosto de 2017 Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro da Justiça e Cidadania e posteriormente Chefe de Gabinete Substituto. Nomeado Diretor no Gabinete Pessoal do Presidente da República, na Presidência da República, em novembro de 2016. *Plataforma Lattes*

A proposta de criação do museu foi aprovada em 1988, se concretizando em 1991 momento em que foi assinada. Com a abertura do Museu neste período foram realizadas as pesquisas tanto de cunho administrativo, a demanda de novos servidores para este tipo de tarefa, quanto de cunho preservacionista em convênio com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan e com o Conselho Curador que identificaram os objetos da casa.

O Conselho Curador¹⁸ foi constituído pelo Senador Guido Fernando Mondin, e demais componentes, como: Ione Maria Carvalho de Medeiros¹⁹, Maria Coeli Cabral de Araújo, Zélia Marinho Leite Chaves, Ruth Maria Heusi Lucena, Carla Fonseca De'Carli e Iracema de Almeida Freitas Portella e Carmem Perin Casagrande de Souza Carneiro. Destaca-se o Senador Guido Fernando Mondin, que foi ministro do TCU e auxiliou na política cultural, além de possuir vários dotes artísticos. Os outros nomes não foram achados para analisar os currículos.

O Museu foi patrimonializado pelo próprio Senado, diferente do tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A patrimonialização no âmbito do Senado foi em uma escala institucional feito pela própria instituição.

§ 2º Todo o mobiliário e demais objetos, considerados de valor histórico pela Secretaria de Documentação e Informação, existentes nas dependências do Senado Federal e de sua representação no Rio de Janeiro, serão removidos para o Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN, cabendo à Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio efetuar a necessária alteração de tombamento (SENADO, 1991)

2.3 Configuração Administrativa

Analisando agora em termos organizacionais, em um primeiro momento é notória a dificuldade de criar novos cargos em órgãos já segmentados, e muitos mais de ter pessoal, recursos e espaços para o funcionamento deste serviço de museu. Desta forma, o que tudo indica é que o foco na criação do Museu, do convênio com o Sphan e da criação do Conselho Curador é de uma

¹⁸ Devido ao estado de pandemia, os arquivos referentes ao Conselho Curador, não puderam ser consultados.

¹⁹ Museóloga, Subsecretária do Patrimônio Cultural da SECEC e governo passado era superintendente do Iphan

consultoria com pessoas especializadas e não propriamente a contratação de pessoal especializado.

Assim observamos uma questão presente nos Museus Institucionais, que são instituição sem atividade finalística nos órgãos. Estes são “encaixados” em outros setores, como indaga Pestana:

Como destinar recursos ao museu da instituição se essa não é a sua atividade fim? Como contratar museólogos, conservadores, restauradores em uma instituição que não requer esses profissionais? Como gerir o acervo do museu fora da carga patrimonial da instituição? Como destinar espaços para reserva técnica e laboratórios? (PESTANA, 2015, p. 7)

Por vezes são inseridos na área de Gestão da Informação do órgão ao lado dos arquivos e bibliotecas, que tem funções mais finalísticas e estes já nascem nos primeiros organogramas da instituição. Com base na entrevista com Amorim fica constatado que este tipo de adequação aconteceu e até o lugar onde o Museu funciona, não é “oficialmente” do Museu: o Salão Negro onde o acervo se encontra exposto é um lugar cedido desde sua criação até os dias atuais.

Como expresso pelo ato do presidente APR 79/2008, o Salão Negro que deveria resguardar este espaço exclusivamente para o Museu, mas que, infelizmente, quando há algum evento dentro da casa este espaço é cedido.

Art. 1º Fica vedada a utilização das dependências do Museu do Senado, instituído pela Resolução nº 26, de 1º de julho de 1991, para a realização de quaisquer eventos, à exceção dos destinados a recepções a Chefes de Estado ou de Governo em visita oficial ao Senado Federal, a critério da Presidência. (SENADO. 2012)

Ainda com base na entrevista, Amorim (2019) explica que este tipo de configuração por vezes não contribui para o avanço das atividades museológicas. Enquanto serviço de Museu (SEMUS) havia uma equipe reduzida para realização de todas as atividades.

Porém em meados de 2018 houve uma mudança na diretoria e a criação de uma Coordenadoria para o Museu (COMUS), podendo assim abrir espaço para os serviços dentro da Coordenadoria ganhando mais verba e cargos. O que antes era feito por uma pequena equipe de funcionários (a higienização,

promoção cultural, expografia, cultural e outras atividades de um museu) agora as atividades foram distribuídas em serviços: serviço administrativo, serviço de gestão de acervos museológicos, serviço de conservação e restauração, serviço de gestão de espaços culturais e serviço de curadoria e comunicação.

O Museu desde seu nascimento foi vinculado à Secretaria de Informação e Documentação, a antiga SIDOC. Hoje esta secretaria é a Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado Federal (SGIDOC) que é composta por: Coordenação de Arquivo; Coordenação de Biblioteca; Coordenação de Museu; Escritório Setorial de Gestão da Sgidoc; Gabinete Administrativo da Sgidoc; Serviço de Apoio Administrativo; Serviço de Informação ao Cidadão; Serviço de Tradução e Interpretação. Desta forma, nota-se que esta secretaria é exclusiva para a ciência da informação.

A ascensão do antigo serviço de Museu para Coordenadoria apresentou resultados práticos em relação ao investimento, tanto de pessoal qualificado quanto de espaço adequado, que possibilitaram a abertura de algumas caixas ainda da época do Palácio Monroe.

Outra consequência desta maior visibilidade do Museu são as atividades de promoção e divulgação dos trabalhos do Museu. Durante as pesquisas no final de 2019 e começo de 2020 constateei postagens de vídeos recentes sobre as obras e as atividades de conservação e restauração. Esta divulgação legitima suas atividades e coloca em destaque sua função tanto com a Instituição quanto com a sociedade. Esta maior divulgação entra em consonância com o trabalho de Goes (2019), em que ele destaca a importância desta comunicação dos trabalhos realizados dentro de uma Instituição museológica ainda mais dentro de algum órgão público, porque além de divulgar para o público externo, também evidencia sua importância dentro da instituição.

2.4 Acervo

Como anteriormente explicitado, durante a transferência dos órgãos para Brasília foi criado um Grupo de Trabalho (GT) específico para lidar com a mudança. As transferências partiram de cada um dos Poderes e, conseqüentemente, dos órgãos. Além dos funcionários que tinham que sair do

conforto de suas regiões, fazia-se necessária a transferência dos objetos para funcionamento das instituições. Interessante analisar os dados deste GT, porque podemos inferir que esta mudança levou os principais acervos que o Museu hoje possui relativos ao Palácio Monroe. O senador Cunha Mello foi eleito o representante do Senado para resolver os percalços da transferência.

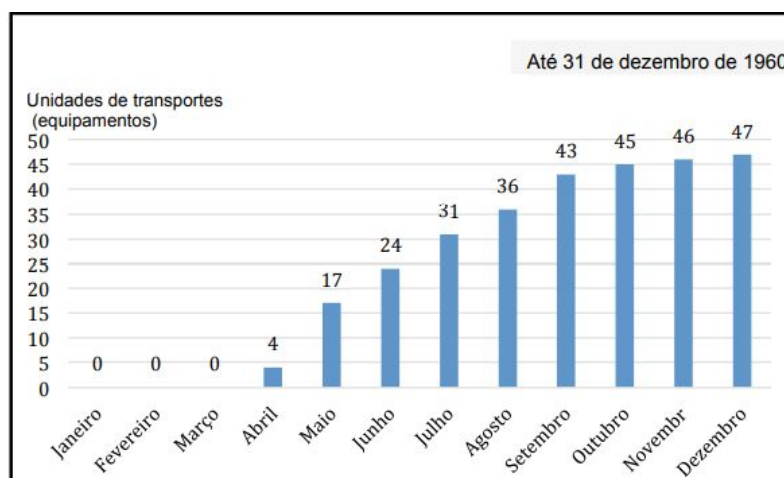


Figura 5- Transferência para Brasília - Senado Federal – Transporte de Bagagens e Equipamentos Fonte: Elaborado pela Ana Sofia Meyer baseado em dados do arquivo de Felinto Epitácio Maia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Com a análise do gráfico, percebe-se que foi uma mudança repentina, em nove meses. Como explicitado anteriormente, com a demolição do Palácio, as peças foram leiloadas, então o que foi levado para o Palácio do Congresso era de cunho mais utilitarista. Porém, mesmo com este cunho, peças de extremo valor histórico foram transferidas.

Tendo em mente que parte do acervo histórico do Museu é proveniente dessa transferência de sedes. O acervo do Museu conta hoje com cerca de 2500 peças, lembrando que o Museu até o momento da entrevista ainda estava em processo de inventário. Este processo é de suma importância para o reconhecimento do acervo, como já dito anteriormente. O Senado desde seus primórdios é uma instituição que recebe muitas obras, sejam provenientes de presentes protocolares ou até mesmo de encomenda, assim deve se diferenciar as tipologias de acervos: mobília histórica, mobília de *design*, o que pertence ao Museu e o que pertence ao patrimônio da casa.

Assim, das 2500 peças, o acervo do museu abrange estas tipologias: obras de artes, principalmente pintura e gravura de alguns artistas, como Anna Bella Geiger e outros artistas; o mobiliário tanto histórico quanto de *design* que apresenta vários nomes de peso como Sérgio Rodrigues, que inclusive mobiliou vários palácios na década de 60; Há exemplares também de Oscar Niemeyer com sua filha, Ana Maria Niemeyer; Há muitas obras que foram feitas especificamente para esse prédio como as obras do Athos Bucão, entre outros artistas. Assim, podemos ver que o acervo não é composto apenas do mobiliário que há no Museu, esta tipologia tem maior porcentagem, além disso há troféus, condecorações, esculturas, gravuras, quadros e até insígnias. Está sendo desenvolvido um banco de dados para a publicação das informações do acervo, para que possa ser exposto de forma remota. O Museu ainda não possui um Plano Museológico.

Segundo as anotações baseadas em Paulo Knauss²⁰ diretor do Museu Histórico Nacional em sua palestra no seminário de preservação institucional do congresso (2018), há dois principais tipos de acervo dentro das instituições públicas, que são *antiqualia* e *memorabilia*. Segundo ele, *antiqualia* é toda aquela “sobra” de material dos escritórios, é definido por móveis antigos. Já *memorabilia* é a coleta dirigida de objetos que estão sob guarda da instituição e que a partir deles há um estudo histórico sobre a instituição. Tendo isso em mente, vendo a documentação do Museu percebe-se que nesta perspectiva se enquadra em *Memoriabilia*, visto toda pesquisa que foi realizada aos objetos do Museu, tendo até um Conselho responsável por esta análise.

A presente pesquisa não conseguiu obter o número exato de visitantes que o Museu recebe, mas segundo Amorim há um grande volume de visitantes, dada a natureza do edifício do Congresso e sua funcionalidade que demanda a organização de um conjunto de eventos tanto na Câmara dos

²⁰ Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1987), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1998), tendo realizado pós-doutorado na Universidade de Estrasburgo, França (2006). É professor do departamento de História e membro do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (UFF) e exerce o cargo de Diretor do Museu Histórico Nacional (MHN). É sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), membro do Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), do Grupo de Estudos de Arte Pública na América Latina (GEAP) e sócio da Associação Nacional de História (Anpuh). Desenvolve pesquisa sobre as relações entre Arte, Imagem e Cultura Visual, bem como, História, Memória e Patrimônio Cultural. Plataforma lattes

Deputados quanto no Senado. Infelizmente não há dados para analisar, o fluxo todo que é medido exclusivamente pelo livro de visitas.

Portanto, analisando um conjunto de aspectos do Museu Histórico Itamar Franco, desde seu histórico, o pensamento museal por trás, a configuração administrativa e o acervo, podemos constatar seu significado para o órgão que é de preservar e de divulgar a história do Senado a partir de seu acervo. O Museu Histórico Itamar Franco, além de preservar e divulgar a história do Senado, é um ponto de interesse para as diversas personalidades que visitam o Senado, seja por uma reunião ou participação de evento. Além disso, o Museu não é apenas ponto turístico para os visitantes, mas também um ambiente de contemplação e tranquilidade tanto para os visitantes quanto para os servidores da casa.

Considerações Finais

Ao concluir a pesquisa, destaco o Museu como uma instituição passível de catalizar diferentes significados. A criação de museus em órgãos públicos elucida a preocupação com a memória institucional, mesmo que não sejam apenas museus que auxiliam na guarda desta memória. O uso de instituições

como Museu para salvaguardar esta memória, evidencia a necessidade da materialidade da memória, sendo correspondidos por objetos que ganham um valor simbólico estando no mesmo local há anos, mesmo em contextos diferentes.

No início desta pesquisa foram levantados questionamentos sobre a necessidade da criação do Museu, a razão de haver um Museu em uma casa legislativa e qual pensamento Museal perpassou sua criação. E por meio da pesquisa e das fontes primárias, fomos capazes de elucidar todas estas questões. Assim o trabalho foi organizado em duas partes.

No primeiro capítulo é focado exclusivamente em apresentar o trajeto do Senado Federal a partir das edificações que sediaram a casa. Assim, é exposto como as sedes transmitiam uma memória institucional, através de seu mobiliário e obras que eram adquiridas exclusivamente para o Senado. Desta forma, é evidenciado o valor de cada sede para o Senado.

O segundo momento é focado exclusivamente em entender a construção do Museu Histórico Itamar Franco. Fazendo um elo direto com o capítulo anterior, a principal prerrogativa para a criação do Museu é justamente a destruição de uma das sedes, o Palácio Monroe. O Museu surge em um contexto de possível perda dos últimos legados do Palácio destruído, evidenciando o pensamento Museal de seu idealizador Itamar Franco ligado a perda. Além da criação é exposta a relevância e funcionalidade do Museu para com o Senado, sendo muito mais que uma mera sala exposição.

Portanto, com estes dois capítulos conseguimos perceber que o Museu é criado por uma consciência de uma ausência de política de preservação, que estava culminando na degradação de diversos bens históricos da casa. O pensamento Museal do senador Itamar Franco, assim como a criação do museu se originam de um sentimento de perda pelo antigo Palácio demolido. E o Museu apesar de não ser atividade finalística do Senado, possui sua finalidade na casa.

Comparando e analisando outros estudos de caso sobre museus institucionais, considerando os estudos de Pestana (2015) e a minha pesquisa de iniciação científica é possível perceber que estes museus são imaginados

por figuras importantes dentro da casa, que por n motivos decidem traçar uma memória da Instituição. Tais figuras se tornam patronos dos museus que fomentaram a criação, mesmo não sendo um Museu biográfico, mas a memória destes patronos se torna parte vital da memória Institucional destes órgãos. No Tribunal de Contas da Unia (TCU) apesar do criador ter sido o ministro Iberê Gilson a grande personalidade que ficou registrada foi o ministro Guido Montin, no Supremo Tribunal Superior (STM) foi o ministro Rosa Filho e no caso do Senado, o senador Itamar Franco.

Outra relação que podemos perceber pelas experiências museais em espaços institucionais é que a maior porcentagem de seu acervo é mobiliário. A explicação se faz lógica, visto que estes órgãos são de natureza administrativa. Diferente de pensar que este mobiliário é apenas resultado de uma má política de descarte do órgão, o objeto ganha um novo significado, podemos dizer que a musealização do objeto perpassou anos, até que fosse “redescoberto” pela instituição seu valor histórico. Mas reduzir estes espaços museológicos em instituições puramente mobiliárias, é um equívoco, visto a quantidade de tipologias de acervo que estes Museus protegem.

Diferente do caso do Tribunal de Contas da União (PESTANA ,2015) em que o Museu do TCU é revitalizado por razão de uma política de preservação, o Museu Histórico Itamar Franco nasce em uma perspectiva de possível perda. Assim, o Museu Histórico Itamar Franco é o conflito entre a destruição e guarda. E é nesse conflito que a destruição produz a preservação.

Nesta perspectiva, destaca-se a ideia da retórica da perda de José Reginaldo Gonçalves (1996). Essa interpretação provém de uma análise crítica a respeito da narrativa construída para preservação do Patrimônio nas primeiras diretorias do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPHAN, que carregavam alguma incoerências como: objetificação cultural esvaziando seus significados e um discurso alarmista sobre a destruição de bens culturais, sendo a destruição os algozes da tão complexa e sonhada “identidade nacional” que é almejado como se houvesse apenas uma identidade nacional. Tendo essa reflexão em mente, podemos analisar como a memória dos senadores na época da destruição do Monroe gerou uma demanda pela preservação do patrimônio do Senado. Não apenas pelo Patrimônio do

Senado, mas também pelo que os senadores julgavam como parte indispensável da identidade nacional. Sentimento este que o senador Itamar Franco compartilhava.

Seguindo ainda nessa análise da retórica da perda, percebemos algumas continuidades. Em 2018 acontecia uma das maiores tragédias da museologia brasileira, o incêndio do Museu Nacional, o primeiro museu brasileiro. E como filhos que perdem o pai, o incêndio deste Museu acarretou uma comoção geral. Nesta época muitas discussões foram colocadas novamente em debate por todo o Brasil, acerca do valor do nosso passado. Tais discussões geraram algumas ações tanto de museus quanto de outros órgãos. O Congresso, por exemplo, realizou uma jornada do Patrimônio. Jornada esta que visou mostrar formas de conseguir salvaguardar o patrimônio das Casas. Neste contexto o Museu Histórico Itamar Franco passou de ser um administrativamente apenas “serviço de Museu” para ser uma Coordenadoria (Coordenadora do Museu). Assim, mais uma vez, a iminência da perda foi força geradora de ações.

Assim podemos também relacionar com a ideia de Pierre Nora (1993) que estes eventos traumáticos dentro da sociedade acarretam uma comoção geral, e desta forma, são potencializadores de *lugares de memória*. Com a análise mais profunda em torno da memória, monumentos e museus, pudemos perceber que a preservação e conservação são uma via de mão dupla com o esquecimento e destruição.

Portanto, podemos perceber que a perda está atrelada à criação do Museu Histórico Itamar Franco. Seu idealizador apesar de não ter um embasamento teórico na Museologia, temia a perda e conseqüentemente o esquecimento. O Palácio Monroe já estava demolido, mas seu legado histórico ainda estava presente espalhado pela casa. O Museu não é apenas acervo histórico do Palácio Monroe, este foi seu estopim, um estopim para que a memória Institucional do Senado não seja facilmente demolida e muito menos esquecida.

Apesar de todas esses resultados que trouxeram as reflexões sobre Patrimônio na casa, também levanta um sinal vermelho de que quantos

Museus vão precisar queimar para que seja dado o foco devido ao campo museal ?

Referencias:

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O Rio de Janeiro: Sua História, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.p. 403 – **414** Disponível em:

https://reficio.cc/publicacoes/o-rio-de-janeiro-sua-historia-monumentos-homens-notaveis-usos-e-curiosidades/paco-do-senado/#cite_note-nota_1-1 Acesso 15 Set 2020

BENEDICT Anderson. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BRASIL. **CARTA LEI DE 25 DE MARÇO**. *Constituição do Brasil império de 1824*. 1824. Disponível em: [«A criação se deu nos artigos 13 e 40 da Constituição Política do Império do Brasil»](#) . Acesso em 10 de Agosto de 2020.

CALDAS, Sonia Alice Monteiro. “**Ouro em Minas, Missões no Rio Grande do Sul: um estudo sobre museus na preservação e adaptação de bens tombados**.” In: Patrimônio: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

CARTA DE VENEZA (1964). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, art. 9, p. 106, 1987.

CHAGAS, Mário. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009

CHOAY, Françoise.. **A alegoria do patrimônio**.. Editora Unesp. São Paulo. 1996

COSTA, Icléia Thiesen. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, CNPq, IBICT, UFRJ: Rio de Janeiro, 1997.

FERREIRA, Augusto Maurício de Queiroz Meu Velho Rio. **Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria Geral de Educação e Cultura**, 1966. 218 p. (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, 10)

GIROTO, Ivo Renato. Arquitetura de museus no Brasil contemporâneo: diálogos entre tempos e lugares. **MIDAS [Online]**, v. 10, ano 2019 Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.1729> Acesso 08 Nov. 2020.

GOLLO, Luiz Fernando Augusto Barbozza. **A história do Palácio Monroe e de sua destruição**. Diário do Rio, Rio de Janeiro, p. B1, 1 ago. 2010. Disponível em: <https://diariodorio.com/a-histria-do-palcio-monroe-e-de-sua-destruio/>. Acesso em: 21 set. 2020.

GOMES, Maria Alice Paes Barreto. **Com a palavra, Sua Excelência, o Vereador: Projeto de implantação de Programa de História Oral na Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GRANATO, Marcus; CAMPOS Guardalupe do Nascimento « **Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos** », *MIDAS* [Online], 1 | 2013, posto online no dia 29 abril 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.131>. Acesso em: 03 Nov2020

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. De Laurent Leon Schaffter. São Paulo, Vertice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mé morie coletiva.

HOMEM, Roberto. Senado e Brasília: construindo a história. **Senatus: Cadernos da Secretaria de Informação e Documentação** : v. 8, n. 1, p. 12-37. Brasília, abr. 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/184693> Acesso em 05 Out 2020.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Brasília em três tempos**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

KIEFER, Flávio. Arquitetura de Museus. **ARQTEXTO**. Porto Alegre: UFRGS, Jul. - Dez. 2000 Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_1/1_Kiefer.pdf . Acesso 08 Nov. 2020

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006 Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/cpc/article/view/15579/17153> Acesso 1 Nov 2020

LUPO, Bianca Manzon. **O Museu como Espaço de Interação: Arquitetura, Museografia e Museologia**. Revista. CPC, São Paulo, n.27, p.217-243, jan./jul. 2019.

MACEDO, Oígres Lêici Cordeiro de. **Construção diplomática, missão arquitetônica: os pavilhões do Brasil nas feiras internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939)**. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação Histórica: recuperação e divulgação da memória do Poder Judiciário brasileiro**. Brasília: Ed. UnB, 2007.

MAURY, Tereza Cristina. **Preservação da memória institucional : o caso do Ministério do Meio Ambiente - MMA**. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2011

MEYER. Ana Sofia França. **A Circulação e Dispersão das Coleções do Palácio Monroe**. Monografia, Universidade de Brasília. Brasília. 2017

MONTANER, Josep Maria. **Museus para o século XXI**. (tradução de Eliana Aguiar) Barcelona, 2003.

MOREIRA, Regina da Luz. **O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura**. In.: GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.) **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001

MOTTA, M. S. da. **Histórias de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6735/1037.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. **A preservação da memória do Tribunal de Contas da União por meio de seu museu**. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação). Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2015

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. :Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso 20 Agosto. 2020

OLIVEIRA, Tatiane Braz de. **Linhas e entrelinhas da memória: o Arquivo do Senado Federal no período de 1946-1964**. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PAIM, Antônio. **A Querela do Estatismo**. Senado Federal. Brasília. 1998. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1020/195998.pdf?sequence=4&isAllowed=y> Acesso 20 Setembro 2020

PARRELA, Ivana Denise; NASCIMENTO, Adalson. **Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica**. Perspectivas em Ciência da Informação, n. Especial, v. 24, p. 176-188, 2019.

PUIG, Renata Guimarães. **A Arquitetura de Museus-Casas em São Paulo: 1980 – 2010**. USP. São Paulo. 2011

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário**. Lisboa: ULHT, 1996.

SENADO FEDERAL. **180 anos do Senado brasileiro: Um roteiro pela história do Senado no Brasil e no mundo in: 180 anos do Senado brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 2008.. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496486> Acesso em 4 de Set. 2020

SILVA, Robson Goes . **Museu e Comunicação Pública: Um estudo sobre os Tribunais Superiores no Brasil**. (Dissertação de Mestrado em Comunicação) Brasília: Ed. UnB, 2019.

TORRAO, Amilcar Filho. **De nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. História, Franca, v. 30, n. 2, p. 420-424, Dec. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200020>>. Acesso 12. Oct. 2020.

WESTIN, Ricardo. **Que fim levou o Palácio Monroe?**. Agência do Senado. 2015 Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/que-fim-levou-o-palacio-monroe>. Acesso 4 Out. 2020

WILLMS, Raquel Gabriela. **Memorial da Câmara Municipal de Canoas: Proposta de Plano de Gestão Estratégico baseado em Estufo Comparativo de Experiencias Congêneres**. Orientador: Prof. Dr. Gunter Axt. 2014. 244 f. Dissertação de Pós-doutorado (Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais) - Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, CANOAS, 2014.

APÊNDICES:

Apêndice 1 – Roteiro de Perguntas

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade da Ciência da Informação – FCI
Curso: Museologia

Roteiro de perguntas

1. O Senado possui 2 sedes anteriores, mas foi apenas no ano de 1991 que houve a proposta de criação do museu. É de seu conhecimento algum motivo para nunca terem cogitado a criação do Museu?
2. O Senado é uma instituição secular, já houve em outro momento, no qual foi cogitado a ideia de construção de um Museu?
3. Dentro do extenso acervo, qual é a maior tipologia que existe no Museu?
4. Em minhas pesquisas, que o museu tem sido mais aberto e acessível, promovendo encontros, workshops, vídeos e informações atualizadas no site. Que motivos você avalia para que essa mudança tenha ocorrido?
5. É notório o envolvimento do Ex-Senador Itamar Franco no projeto de criação do Museu. Existe alguma documentação desse apoio do Museu? (além do decreto de criação do Museu)
6. No Organograma do Senado, onde o Museu se encontra subordinado e por quê?

Apêndice 2 – Entrevista

Dados do Entrevistador:

Nome: Gustavo Cardoso Paiva

Dados da Entrevistada:

Nome: Laís Santos de Amorim

Cargo: Técnica em Museologia

Entrevistador:

Queria agradecer mais uma vez por me receber. Dentro das coisas que pesquisei dentro do site do Museu, eu vi que ele é uma Instituição bicentenária né, mais de duzentos anos e só teve uma situação que eles cogitaram a criação do museu que foi na época de destruição do Palácio Monroe né?

Entrevistada:

É foi em 76 né, a partir de 1976, e não foi só uma foram várias. O próprio Itamar Franco que também em 1976, eu até anotei a resolução nº 51 de 1976 que foi uma proposição do próprio Senador Itamar Franco, e aconteceu no mesmo ano da demolição do Palácio Monroe onde foram feitas muitas discussões sobre a memória, sobre história, preservação né. E se você puder pegar as atas desta resolução, vai ver que tem falas de alguns senadores que ficam revoltados com a demolição, já que também foi uma sede do Senado. Então a partir desse ano (1976) que foi começando as discussões de ter um Museu dentro da Instituição, um Museu que falasse sobre o parlamento, sobre o Legislativo e guardasse a memória institucional, a historiografia do Senado, bem como a história e atuação dos Senadores dentro da casa legislativa

Entrevistador:

O Palácio foi destruído por que ? o antigo palácio

Entrevistada:

Er (risos)É difícil saber exato. Tem várias pessoas que falam várias coisas, uma delas foi a questão da modernização do próprio Brasil, das ideias do Le Corbusier né, da questão da arquitetura concretista. E ele foi um palácio assim, que participou de uma feira e **ele ganhou um prêmio** ai decidiram colocar/transfere-lo para o Rio de Janeiro o Palácio Monroe. Então foi poderia estudar um **pouco mais sobre o por que da demolição**. Não se tem um motivo aparente.

Entrevistador:

Não tem um motivo muito claro né

Entrevistada:

Sim não está muito claro essa questão. Já nessa época o Itamar Franco fez um documento de justificção da criação desse Museu, desse lugar que abrigasse a Memória do Senado Federal, ele já havia falado que já houve anteriormente discussões da criação do Museu do Congresso, tanto do Senado tanto da Câmara, mas que não foi para frente por que, por questões administrativas mesmo das duas casas.

Entrevistador:

Isso é Interessante, não tinha ouvido falar dessa iniciativa

Entrevistada:

Sim interessante, é bom você pesquisar isso, não sei se você consegue achar isso na resolução, mas acho que lá tem uma justificativa. Andei lendo umas coisas, acredito que você ache

Entrevistador:

Sobre criar este Museu, gerido nessas duas forças né, seria o Museu do Congresso né, o que acabou sendo dividido, Um Museu da Câmara e outro do Senado

Entrevistada:

Seria um Museu só né, que contasse a história do legislativo, que seria os dois (Câmara e Senado) mas que por questões administrativas e constitucionais.

Entrevistador:

Foi deixando de lado né. Nossa não tinha achado nenhuma menção a este museu

Entrevistada:

Então esse projeto não foi para frente, esse de 1976. Aí teve o outro na resolução n26 de 1991.

Voce chegou a ler alguma coisa desta resolução?

Entrevistador:

Eu li

Entrevistada: Laís

Foi em 1987, projeto de resolução nº17 de 1987 na qual ele (Itamar Franco) propõe novamente a criação deste Museu, com a preocupação de que o acervo do Senado, os mobiliários e etc ,estavam sendo degradados e não estavam tendo o devido cuidado que deveriam ter com o Acervo histórico da casa. Então veio muito desta preocupação de conservar, cuidar, preservar

Entrevistador:

Mobiliário ?

Entrevistada: Laís

Não só mobiliário, os documentos, os livros e ele também pensou na questão da divulgação né. A divulgação da história desta casa legislativa, da atuação dos senadores e aquilo tudo que vinha na primeira proposta dele

Entrevistador:

Ele foi um grande incentivador do Museu, em vários âmbitos

Entrevistada:

Foi, ele foi o padrinho do nosso Museu, ele brigou muito para que o Museu existisse. Ele já essa ideia de conservação, de memória

Entrevistador:

Eu achei interessante que, não me lembro certinho a resolução a respeito das discussões que teve do senado e câmara sobre a criação do Museu, em que ele elenca muito essa ideia de salvaguardar o patrimônio, e da preservação. Eu lembro também de uma fala de um outro Senador na época da demolição do Monroe, que comparou com a Faculdade de Direito de São Paulo (correção Rio de Janeiro)

Entrevistada:

Acho que deve ser do Rio de Janeiro

Entrevistador:

Isso, na fala ele (senador) comenta que ele ia ser demolido e enaltece a história do prédio. Houve uma série de demolições nesta época.

Entrevistada:

É porque nesta época houve muitas demolições, muitos motivos, pós período de ditadura ne, toda a questão histórica do Brasil. Então o nosso Museu foi instituído por este ato (resolução)nº26 de 1991, e por que aqui tem uma pergunta que você pergunta a respeito do ...

Entrevistador:

Do Organograma do Museu, para saber onde ele está encaixado (Encaixado nos setores do Senado)

Entrevistada:

Assim desde a criação dele, ele é um órgão que está subordinado/vinculado a Secretaria de Informação e Documentação. Hoje está Secretária conta principalmente com a Coordenação de Museu que é o nosso Setor, Coordenação de Arquivo e Coordenação da Biblioteca, então esses três estão subordinados a esta Secretaria

Entrevistador:

Então é bem da Ciência da Informação esta Secretária né

Entrevistada:

Isso é da Ciência da Informação, é bem parecido com o sistema da Unb. Nessa época (anterior a 1991) já existia a própria secretaria, antes eu não saberia dizer mas andei pesquisando e achei essa informação. Quando foi (Museu) criado já foi vinculado a esta Secretária que é a nossa Secretária até hoje, só não sei dizer se existia ... O arquivo eu sei que desde a criação do Senado ele existe. A biblioteca não sei te falar quando e o Museu em 1991.

Entrevistador:

Humm

Entrevistada:

Então neste ano que o Museu foi criado não se tinha um local específico, o local que foi nos dado, foi o Salão Nobre onde ele está situado hoje

Entrevistador:

Onde era o Antigo...?

Entrevistada:

Ele é um receptivo né, até hoje ele tem esse papel de receber os parlamentares. Das visitas (dos parlamentares)... tem um nome exato para isso, enfim pode ser que eu lembre depois. Então ele não é um espaço nosso ainda, ele ainda é um espaço emprestado

Entrevistador:

Cedido ?

Entrevistada:

Sim, Mas desde de 1991 ele (Museu) permanece no mesmo local. Então com a criação do Museu teve essa preocupação “E agora vamos identificar este Acervo, vamos identificar o que é do Museu” é porque assim, tem duas diferenciações: o patrimônio musealizado (bem musealizado) e tem o Bem patrimonial. O Bem patrimonial que são as cadeiras ...

Entrevistador:

São todas as mobílias, todos os móveis utilizados né? e os bens musealizados são aqueles que já perdem a função principal tendo função histórica cultural ...

Entrevistada:

Isso o valor histórico, eles entenderam que tudo que fosse do Museu teriam que ter um valor histórico. Juntamente com o ato de criação foi criado um Conselho Curador

Entrevistador:

Conselho Curador ?

Entrevistada:

Ele era composto por nove membros, se não me engano, e eu não sei dizer muito sobre ele porque eu descobri recentemente, achei uns arquivos falando sobre esse conselho. Então esse Conselho ficou responsável por identificar e preservar essas peças, pensar na exposição, pensar em coisas pertinentes para o Museu, eles saíram para identificar o que era do Museu ou não

Entrevistador:

Tem algum arquivo que fale mais especificamente sobre este Conselho ? seria bem interessante eu tentar achar algo. Algum banco de dados ?

Entrevistada:

Não sei se você consegue achar isso, o que eu achei foi ata de reunião, mas você não vai achar. Eu só achei porque estava nos nossos arquivos

Entrevistador:

Arquivo do Museu ?

Entrevistada:

Sim não está em nenhum outro sistema. Vamos lá o que mais ... O nosso Museu hoje agente acredita que ele é composto por em média 2500 peças

Entrevistador:

Eita

Entrevistada:

O processo de inventariança, reconhecimento destas peças ainda está em andamento, ainda mais o mobiliário que é um acervo

Entrevistador:

Bem vasto ?

Entrevistada:

É, além de ser muito grande ele é complexo assim para a gente saber identificar o que é mobiliário histórico, um mobiliário de designer, o que pertence ao patrimônio do Museu e o que pertence ao patrimônio da casa. Temos também os lustres , que Ana Sofia fez trabalho sobre

Entrevistador:

Ana Sofia ?

Entrevistada:

Isso, a respeito dos Lustres do Palácio Monroe. Nós tínhamos em torno de 40 caixas fechadas no nosso galpão do Patrimônio, e na gestão do Alan decidimos abrir essas caixas em meados de 2015-2016, foi um trabalho que agente começou a fazer por que não sabia o que tinha, nada sobre o conteúdo dessas caixas e quando abrimos eram Lustres do Palácio Monroe

Entrevistador:

Tanto é que teve uma exposição a respeito não é ?

Entrevistada:

É teve algumas coisas, a gente divulga sempre que é possível. Então nosso acervo é composto por mobiliário, apesar de ser um Museu histórico ele tem muitas obras de arte, que eram obras que serviam para decorar que ainda cumprem esse papel de decoração nos gabinetes e por toda casa. Então assim nesta perspectiva de tipologia de Acervo que abrange: obras de arte, mobiliário, presente protocolares. Ai dentro dos mobiliários tem os históricos, os de designer tem muitas obras que foram feitas especificamente para esse prédio como as obras do Athos Bucão, Mariele Burretis entre outros artistas. Mas o que a gente tem mais de acervo acreditamos que seja mobiliário, só que a gente não tem a dimensão exata desse acervo e temos muitas Obras de artes, principalmente pintura e gravura de alguns artistas Ana bela Gaider

(Citação de varios artistas) de mobiliário temos alguns nomes como Sérgio Rodrigues, que exclusive mobilou vários palácios na década de 60 temos coisas também do Oscar Niemeyer com sua filha, temos até aquelas cadeiras você sabe aquelas cadeiras de baixo ?

Entrevistador:

Aquela com poltrona alta ? é dela ?

Entrevistada:

É da Ana Maria e dele

Entrevistador:

Se não me engano da presidência também foi da filha do Oscar Niemeyer

Entrevistada:

Sim foi a Ana Maria, ele fez muitos mobiliários para as casas administrativas. Então é basicamente isso, o que mais você quer saber ?

Entrevistador:

Por volta de 2017-2018 eu participei de um Evento que teve aqui, acho que todas as casas, que foi Gestão Patrimonial, e eu percebi que estava tendo um enfoque na preservação dos Museus daqui (Museus institucionais), acessando o site do Museu notei que vocês tem a preocupação da divulgação, vi que vocês estão fazendo vídeo sendo mais ativo nas redes

Entrevistada:

Isso é uma coisa recente da nossa gestão, foi feita a renovação do site, o site estava um pouco obsoleto, obsoleto não, ele só tinha informações básicas. Então houve uma preocupação em atualizar esse conteúdo, em tornar isso acessível ao público, nós também estamos desenvolvendo o Tainacan para disponibilizar nosso acervo que também nos permite fazer esse levantamento para termos dimensão do nosso acervo e possibilitou por que o Museu era um serviço do Senado, e no ano passado ele passou a ser uma coordenação com isso ele ganhou peso e liberdade, por que dentro da coordenação ele tem vários serviços: serviço de conservação e restauração, serviço de gestão de acervos museológicos, serviço de gestão de espaços culturais, serviço de curadoria e comunicação, serviço administrativo. Então parte desse serviço de curadoria e comunicação atualizar o site, postagem de vídeos

Entrevistador:

Você comentou antes, que ele era um serviço (o Museu) e agora é uma coordenação, teve alguma razão ?

Entrevistada:

Coordenação, é mais a questão do valor dentro do Senado, nossa Diretora atual a Elana tronta ela é uma diretora que nos incentiva muito, ela tem uma preocupação maior com a memória, a preservação, da conservação, ela é

muito sensível com esta questão cultural e a importância de ter um Museu dentro de uma casa que não é a finalidade da casa

Entrevistador:

Não é uma atividade finalística do Senado

Entrevistada:

Apesar de não ser fim, ela nos incentiva muito em todos nossos trabalhos. Então partiu muito da nossa gestora principal, nossa diretora, e dar mais visibilidade ao nosso Museu, por que como serviço ele só tinha um chefe só que era o Alan e como Coordenação o Alan é Coordenador e nesses cinco serviços tem cinco chefes.

Entrevistador:

Ficou mais distribuído né

Entrevistada:

Aumentou a equipe, eu também entrei agora. Tanto a equipe de restaurador e museólogos, eu sou a única museóloga, então nossa equipe ainda é nova. Contribuiu muito esta Coordenação para ampliar o entendimento, principalmente deste trabalho mais técnico então é a soma desses fatores

Entrevistador:

Quando ele era serviço era vinculado diretamente a Secretária de Informação ?

Entrevistada:

Assim como a Coordenação ele tinha essa vinculação, a diferença é que a biblioteca é uma Coordenação o Arquivo é uma Coordenação e o Museu era um serviço, ele tinha esse valor menor

Entrevistador:

Não tinha enfoque no Museu

Entrevistada:

Não, por isso que foi importante a coordenação, era só o Alan basicamente. Acho que foi tudo né

Entrevistador:

Acho que foi tudo né, do Organograma, a história, o Itamar Franco ... basicamente é isso. Quando eu fiz a pesquisa do STM (Supremo Tribunal Militar), eu também peguei uma ... também percebi na construção destes espaços partem muito do interesse de um Gestor (Alguém com poder na Instituição para levar o barco para frente) no caso de lá foi um Ministro Rosa Filho que encabeçou o Museu

Entrevistada:

Entendo, o nosso partiu de um Senador e do Senador partiu para um Diretora que deu possibilidades

Entrevistador:

Eu ainda sou muito novo em pesquisas dessas Instituições, mas eu imagino que parta muito mais de uma visão de uma figura de respeito na casa para poder possibilitar ou contribuir ou dar mais fomentos

Entrevistada:

É por que os Museus Institucionais como eles não são atividades fins da casa, ele tem que ter. É política, você tem que ter poder político dentro dessas Instituições para poder sensibilizar “por que você quer guardar a memória? Qual a importância de preservar essa memória ?” e também é uma contrapartida social para a sociedade

Entrevistador:

Porque é uma divulgação de Órgão que serve a todos, então é uma contrapartida para sociedade dá uma divulgação e até para os servidores né que param, eu imagino que muitos param para visitar o Museu, conhecer as obras e tudo mais. Me surgiu uma pergunta agora, vocês tem contagem de público ou uma coisa assim ?

Entrevistada:

A contagem que temos de público é a partir da própria visita institucional. O Senado faz essa visita, esses visitantes param no Museu a partir desse número que contabiliza e também temos o livro de assinatura que também é uma fonte para contabilizar esse público, mas como a gente tá no Congresso tem muita visitação não sei te falar o número exato mas assim é grande. Depois você pode me perguntar que eu pego os dados certinhos

Entrevistador:

Sim eu pergunto por email, mas também tem muita visitação de servidor mesmo né, quando eu vim eu que tinha muito servido passando para olhar e tirar foto, e eu acho que também dentro da Instituição soma muito o servidor conhecer a história se sentir envolvido na Instituição na qual ele trabalha e tudo mais e que no meu TCC vou trabalhar com o conceito de memória né, Halbwachs na questão de construção de uma memória coletiva e como é uma Instituição em não tem memória são as pessoas que trabalhavam viviam dentro que possuem memória. E dentro destes Museus percebo que tem muita participação destes servidores em um momento em que estão livres eles fazem esta visita

Entrevistada:

Sim, claro

Entrevistador:

Gostaria mais uma de agradecer a você por ter cedido tempo para mim, muito obrigado

Entrevistada:

Imagina, o que vc precisar pode me mandar email manter o contato

Entrevistador:

Os arquivos se eu não achar virtualmente tem como eu pedir para algum setor para procurar ?

Entrevistada:

Eu posso ver para você como funciona isso

Entrevistador:

É porque tenho alguns amigos aqui estagiam em Arquivologia

Entrevistada:

Não, porque assim tem o Arquivo do Museu e o Arquivo do Senado, por exemplos estas atas aquilo que falei com voce é nosso

Entrevistador:

Então é vocês que gerem essa massa documental né

Entrevistada:

É, e a gente não tem acesso a tudo isso nós ainda estamos achando esses documentos mas as atas das reuniões você encontra, esse é o principal.

Entrevistador:

Acho que é isso, obrigado mais uma vez

Entrevistada:

Boa sorte no TCC

Entrevistador:

Quando tiver pronto eu mando para vocês

Entrevistada:

Manda por favor, para colocar em nosso acervo

Apêndice 3 – Termo de consentimento



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade da Ciência da Informação – FCI
Curso: Museologia

Termo de consentimento livre e esclarecido

Sou orientando da Professora Ana Lúcia Breu Gomes, aluno do curso de Museologia, dentro da Faculdade da Ciência da Informação na Unb. O presente estudo faz parte dos requisitos necessários para obtenção do título de graduado em Museologia pela Universidade de Brasília.

Eu, Luís Santos de Amorim, estou de acordo em participar de livre e espontânea vontade da pesquisa sobre a memória institucional do Senado no Museu. Me disponho a responder prontamente as perguntas pertinentes que o pesquisador realizar. Tenho pleno juízo que posso recusar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Minha participação é voluntária, sendo livre de qualquer remuneração e/ou despesa.

O estudo tem como objetivo entender as criações de instituições museológicas dentro da administração pública dentro do poder legislativo, tomando como estudo de caso o Museu do Senado.

Caso tenha interesse nos resultados da pesquisa, basta informar o seu e-mail LSAMORIM@SENADO.LEG.BR

O termo foi assinado por mim e pelo pesquisador.

Entrevistado(a) Luís Santos de Amorim

Pesquisador Gustavo Cardoso Paiva

Brasília, 07 de novembro de 2019.

ANEXOS

ANEXO A - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº51 DE 1976

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº51 DE 1976

Art. 1º: instituído, como órgão supervisionado, na forma da estrutura prevista no art. 6º, item III, da Resolução nº 58, de 1972, o Museu Histórico do Senado Federal, com a finalidade precípua de divulgação da historiologia do Senado Federal.

Parágrafo único. O órgão a que se refere este artigo goza de autonomia, nos termos do art. 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e nos limites de Regulamento a ser aprovado mediante Ato da Comissão Diretora do Senado Federal.

Art. 2º A administração do órgão instituído na forma desta lei, será atendida, no que tange à execução das atividades administrativas, por servidores do Senado Federal, designados especialmente para tal fim; e, no que concerne ao exercício das tarefas técnicas do campo da museologia, por especialistas, contratados pelo regime jurídico da legislação trabalhista

Art. 3º O Museu Histórico do Senado Federal funcionará em local a ser indicado pela Comissão Diretora, e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria do Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do Centro de Processamento de Dados- PRODASEN.

§ 1º O acervo patrimonial referido neste artigo será constituído por todos os bens tombados à Conta do Museu Histórico do Senado Federal, representados, principalmente, pelos "elementos de valor histórico" encontrados em qualquer dependência do Senado Federal; pelos que sejam adquiridos e pelo que lhe sejam doados.

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, consideram-se "elementos de valor histórico", dentre outros, os documentos, livros, revistas, quadros, móveis, tapetes, estátuas, jarros, fitas, filmes, gravações, e quaisquer utensílios, assim considerados por decisão da Comissão Organizadora, designada pelo Presidente do Senado Federal.

§ 3º Com exceção dos documentos declarados secretos, na forma regimental; poderá a Comissão Organizadora determinar a transferência, imediata e definitiva, para o acervo do Museu Histórico do Senado Federal, de quaisquer elementos históricos porventura existentes em dependência de órgãos do Senado Federal, providenciando a competente alteração de tombamento.

Art. 4º São órgãos do Museu Histórico do Senado Federal:

I - Conselho de Supervisão;

II - Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A competência e composição dos órgãos de que trata este artigo, bem assim, as atribuições e vantagens de suas funções dirigentes,

serão especificadas no Regulamento indicado pelo art. 1º, Parágrafo único, desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO B – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1987

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1987 Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.

o Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como órgão supervisionado na forma da estrutura prevista no art. 6º, item III, da Resolução nº58, de 1972, O Museu Histórico do Senado Federal- MUSEN, com a finalidade precípua de coletar, pesquisar, preservar e divulgar os testemunhos da história do Senado Federal.

Parágrafo único. O órgão a que se refere este artigo goza de autonomia, nos termos do art. 172. do Decreto-lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967 e nos limites de Regulamento a ser aprovado mediante Ato da Comissão Diretora do Senado Federal.

Art. 2º São órgãos do Museu Histórico do Senado Federa- MUSEN:

I-Conselho de Supervisão:

II-Diretoria Executiva.

Art.3º Ao Conselho de Supervisão do MUSEN compete estabelecer, dentro da orientação fixada pela Comissão Diretora, as Diretrizes e normas da política de ação do MUSEN nas áreas administrativa, financeira e cultural, inclusive a supervisão das tarefas técnicas próprias ao campo de museologia; propor ao Presidente do Senado Federal a indicação do Diretor Executivo e a Contratação, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, de especialistas da área de museologia: apreciar e submeter à aprovação da Comissão Diretora do Senado Federal a previsão da despesa anual do MUSEN, para ser incluída no Orçamento do Senado Federal, bem assim a proposta de orçamento interno do fundo Especial do Órgão e suas alterações no decorrer do exercício; apreciar e encaminhar à comissão Diretora os balancetes, o balanço anual e a prestação de contas, inclusive o relatório anual de atividades; autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza, relativos à execução da finalidade precípua, determinada no art. 1º; aprovar o plano de pessoal do MUSEN e suas tabelas salariais; exercer outras atribuições que lhe venham a ser deferidas pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 1º O Conselho de Supervisão é integrado pelo Diretor da Secretária de Documentação e Informação, que o preside, e pelos Diretores das Subsecretarias de Anais, Análise, Arquivo, biblioteca e Edições Técnicas, todas pertencentes à estrutura administrativa do Senado Federal.

§ 2º É órgão do Conselho de Supervisão do MUSEN a sua Secretaria, à qual compete a execução das tarefas burocráticas necessárias ao exercício das atribuições conferidas e esse órgão colegiado.

Art. 4º À Diretoria Executiva compete realizar a integração administrativa do MUSEN, estabelecendo as normas internas e as medidas indispensáveis ao funcionamento dos órgãos de Sua estrutura; assessorar a Comissão Diretora na formulação da política administrativa e legislativa do Senado Federal no que tange às atribuições do MUSEN, executando, inclusive, os estudos técnicos e os serviços necessários à sua consecução; elaborar e submeter ao Conselho de Supervisão as diretrizes e normas da política de ação do MUSEN nas áreas

administrativa, financeira, cultural, especialmente no campo de museologia; elaborar e encaminhar ao Conselho de Supervisão a previsão da despesa anual do MUSEN para inclusão no orçamento do Senado Federal, assim como a proposta de orçamento interno do Fundo Especial do órgão e suas alterações no decorrer do exercício; encaminhar ao Conselho de Supervisão os balancetes, o balanço anual e a prestação de contas, inclusive o relatório anual de atividades; celebrar contratos; convênios de prestação de serviços nos termos do que for autorizado pelo Conselho de Supervisão; elaborar e submeter ao Conselho de Supervisão o plano de pessoal do MUSEN e suas tabelas salariais; solicitar à Comissão Diretora servidores do Senado e outros órgãos para o exercício de atividades do MUSEN; orientar a política da Administração, consoante normas legais e deliberações da Comissão Diretora e do Conselho de Supervisão; orientar e superintender as atividades do MUSEN e praticar todos os atos de gestão administrativa, financeira e operacional, do órgão, respeitadas as limitações constantes do regulamento próprio; representar e divulgar o Museu Histórico do Senado Federal-MUSEN.

Art. 5º O Museu Histórico do Senado federal - MUSEN - funcionará em local a ser indicado pela Comissão Diretora e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria do Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do Centro de Processamento de Dados -PRODASEN.

§ 1º O acervo patrimonial referido neste artigo será constituído por todos os bens tombados à Conta do Museu Histórico do Senado Federal, representados, principalmente, pelos “elementos de valor histórico” encontrados em qualquer dependência do Senado Federal; pelos que sejam adquiridos e pelos que lhe sejam doados.

§ 2º -Todo o mobiliário e demais objetos considerados de valor histórico pelo Conselho de Supervisão, existentes nas dependências do Senado Federal e de sua Representação no Rio de Janeiro, serão removidos para o MUSEN, cabendo à Subsecretaria de Patrimônio efetuar a necessária alteração de tombamento.

§ 3º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior a documentos e quaisquer outros elementos de valor histórico, excetos declarados secretos na forma regimental e regulamentar.

Art. 6 A composição e as competências dos órgãos que integram o Conselho de Supervisão e a Diretoria Executiva, bem assim as atribuições e vantagens de suas funções diretivas serão especificadas no Regulamento previsto no parágrafo único do art. 1º desta Resolução.

Art 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8 Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO C - RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1991

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1991

Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É instituído o Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN, com a finalidade precípua de coletar, pesquisar, preservar e divulgar os testemunhos da história do Senado Federal.

Parágrafo único. O órgão a que se refere este artigo é subordinado à Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal.

Art. 2º A estrutura e competência do Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN serão definidas em regulamento, não implicando a criação do órgão em novos cargos e empregos.

Art. 3º O Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN funcionará em local a ser indicado pela comissão diretora e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do Centro de Processamento de Dados - PRODASEN.

§ 1º O acervo patrimonial referido neste artigo será constituído por todos os bens tombados à conta do Museu Histórico do Senado Federal, representados, principalmente, pelos elementos de valor histórico encontrados em qualquer dependência do Senado Federal, pelos que sejam adquiridos e pelos que lhes sejam doados

§ 2º Todo o mobiliário e demais objetos, considerados de valor histórico pela Secretaria de Documentação e Informação, existentes nas dependências do Senado Federal e de sua representação no Rio de Janeiro, serão removidos para o Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN, cabendo à Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio efetuar a necessária alteração de tombamento.

§ 3º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior a documentos e quaisquer outros elementos de valor histórico, exceto os declarados secretos na forma regimental e regulamentar.

Art. 4º É criado um conselho curador, integrado por nove membros, sem ônus de qualquer natureza, designados pelo Presidente do Senado Federal, dentre pessoas de reconhecida capacidade para estimular o desenvolvimento do museu.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Curador colaborar com o Senado Federal na coleta, conservação e manutenção de objetos e documentos que devam constituir o acervo do museu.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de julho de 1991.

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

